



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA-LTDA

FACULDADE DE ITAITUBA - FAI

CURSO: LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

PORTARIA/MEC Nº. 2560 DE 15/09/03

DANDARA NATHÁLIA DOS SANTOS MENDES

**ESTRATEGIAS PEGAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA CRIANÇAS
COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA): Análise em
uma Escola Pública do Município de Itaituba- Pará**

Itaituba - PA

2019

DANDARA NATHÁLIA DOS SANTOS MENDES

**ESTRATEGIAS PEGAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA CRIANÇAS
COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA): Análise em
uma Escola Pública do Município de Itaituba- Pará**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba, para obtenção do título de
Licenciatura Plena em Pedagogia

Orientadora: Prof.^a Especialista Lúcia Maria da
Costa Cruz

Itaituba - PA

2019

DANDARA NATHÁLIA DOS SANTOS MENDES

**ESTRATÉGIAS PEGAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA CRIANÇAS
COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA): Análise em
uma Escola Pública do Município de Itaituba Pará**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba, para obtenção do título de
Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Lucia Maria da Costa Cruz, Esp.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota _____
Prof^a. Lucia Maria da Costa Cruz, Esp.

Avaliador 1: _____ Nota _____
Prof. Marcio Silva da Conceição, Me.

Avaliador 2 _____ Nota _____
Profa. Raimunda Bentes, Esp.

Resultado: _____ Média _____

Data: 27 de março de 2019.

Dedico meu trabalho a Deus, à minha família
pelos ensinamentos repassados e pelo apoio
incondicional.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me deu forças para concluir esta etapa de minha vida;

À minha família, especialmente à minha mãe Rosenilda Mendes, meu pai Manoel Mendes, que me apoiaram com tudo que eu precisava durante a minha vida e nesta jornada acadêmica;

À minha avô Alzira Alves (in memoria) pelos ensinamentos deixados a mim;

Ao meu esposo Israel Almeida e meu filho Enzo Emanuel, que são meu porto seguro;

A instituição FAI, que me proporcionou a oportunidade de possuir um ensino superior e a expansão de meus horizontes;

Aos professores, especialmente ao professor Dr. Francisco Claudio, coordenador do curso, pela dedicação e atenção dispensada a todos os acadêmicos;

E a todos os meus professores que me guiaram ao longo de toda essa jornada.

A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida.

John Dewey

RESUMO

O presente trabalho que objetiva a analisar estratégias metodológicas inclusivas para o aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), atualmente é entendido como uma mesclagem de alterações que afetam a comunicação, o comportamento e interação social de uma pessoa portadora da deficiência, foi desenvolvido em uma escola pública de Itaituba- Pará. Ademais, foi necessário uma pesquisa bibliográfica com teóricos que abordam o tema como: (BRASIL, 2012), (CUNHA , 2013), (FILHO, 2030), (GOMES, 2007), (KUPFER, 2005), dentre outros e um estudo de campo, com abordagem qualitativa, no período de Fevereiro de 2019, com dois professores e uma gestora da escola, que responderam os questionários individuais direcionados à estes. Foram necessárias questões para direcionar o trabalho como: Quais as metodologias utilizadas em sala de aula para prender a atenção e conseguir manter a concentração do aluno autista? Quais as estratégias para ensino aprendizagem do aluno com TEA? Como o aluno com TEA é contemplado em seu planejamento nas atividades em sala? E quais os desafios que o professor encontra ao ter um aluno com TEA na sala de aula? Diante dos estudos verificou-se estratégias pedagógicas que os docentes utilizam nos dias atuais e ferramentas ou tecnologias que a escola pública dispõe para o auxílio do professor como a questão da relação a inclusiva de um aluno com TEA. Para tanto, ocorreu a coleta e a análise dos dados das respostas dos entrevistados, com as devidas discussões e percepções, propostas de intervenção e a conclusão.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão. Escola. Professor.

SUMARY

Through this study it was verified that most of the subjects did not have adequate information, as well as experiential practices on the inclusion of children with special educational needs in the educational network. Regarding the conceptual information about Autism Spectrum Disorder, practically all reported that they had not received clarifications about these children, being unprepared for the intervention in the classroom. Information about the Disorder was obtained through the self-taught initiative, with research on articles and books; and in the school itself. However, such information was considered insufficient due to the lack of the school psychologist or other professional to systematically guide teachers and families about behavior, stage of development and pedagogical practices that facilitate learning. Participants reported mostly that they did not know how to teach a student with T.E.A. during graduation in Pedagogy. This, in addition to the factors already mentioned, shows the limitation of the courses of pedagogy in the preparation of the teachers to work with these students, because even if the knowledge comes to be acquired through theoretical study after graduation, there is the lack of supervised experience in the classroom of class. For the analysis, the two categories of Behavioral Cognitive Therapy thought were considered: automatic, that arise in the consciousness in a quick, non-evaluative way, and the reflexive ones, those that can organize the knowledge. The latter were presented by the research subjects, as they reflect the organization of the thought related to the inclusion of the student with T.E.A. in which they cite the need for accompaniment with a specially trained professional who can guide school members and family members in the management of children in order to achieve academic achievements and that the difficulties are shared, fostering student development. It is concluded, therefore, that the legislation on inclusion is adequate, but there are shortcomings in its application, as well as in the graduation of educators, both in theory and in practice. These are obstacles in building the school for all.

Keywords: Autism. Inclusion. School. Teacher.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	Características do autista	45
QUADRO 02	Durante a sua graduação você foi informado adequadamente sobre a inclusão de crianças especiais na rede de ensino? Fale sobre.....	46
QUADRO 03	Você participou de atividades que o capacitou para atuação com alunos especiais?	47
QUADRO 04	Você obteve informações específicas sobre autismo durante sua graduação? Justifique sua resposta	48
QUADRO 05	Como você formou conhecimentos sobre as formas de ensinar uma criança com T.E.A.?	49
QUADRO 06	A escola dá condições para que o professor faça uso de tecnologia assistida a fim de tornar acessível o conhecimento às crianças com TEA? De que forma?	50
QUADRO 07	A escola dá condições para que o professor faça uso de tecnologia assistida a fim de tornar acessível o conhecimento às crianças com TEA? De que forma?.....	51
QUADRO 08	Cite seus principais pensamentos relacionados a inclusão de um aluno com T.E.A.....	52
QUADRO 09	Cite seus principais pensamentos sobre quais comportamentos que o aluno com T.E.A. precisa aprender para estar incluído na sala de aula.....	53
QUADRO 10	Quais os principais conceitos que você conhece e que acredita serem importantes coloca-las em prática com alunos com TEA, a fim de facilitar a inclusão em sala de aula.....	54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE O AUTISMO.....	12
1.1 CONCEITO HISTÓRICO DO AUTISMO	12
1.2 DEFICIENTES NO BRASIL: MOVIMENTOS E LUTAS POR INCLUSÃO.....	17
1.3 AUTISMO: O QUE DIZ A LEI.....	21
1.4 ALUNO AUTISTA E O DIREITO À EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	25
2 A ESCOLA, O PROFESSOR E INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA	28
2.1 FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DO EDUCADOR	28
2.2 A INCLUSÃO DO ALUNO COM “TEA” E O ACOMPANHAMENTO ESPECIALIZADO	31
2.3 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E INSTRUMENTOS PARA A INCLUSÃO	35
2.4 ALUNO COM NECESSIDADE EDUCATIVA ESPECIAL.....	37
3 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA): ANÁLISE EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA- PARÁ.....	42
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	42
3.2 PROCEDIMENTOS METOLÓGICOS	48
3.3 PERFIS DOS ENREVISTADOS	44
3.4 ANÁLISE DE DADOS COM OS PROFESSORES	44
3.5 PROPOSTAS DE INTERVENIÊNCIAS	54
CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICES.....	60

INTRODUÇÃO

No processo de inclusão de alunos portadores ou não de alguma deficiência no sistema educacional brasileiro, tem sido um tema para grandes debates, pois a instituição de ensino hoje tem sido reestruturada para estar apta a agregar os alunos, desenvolver atividades teóricas e práticas, que somam na formação curricular, metodológico e também dos recursos materiais e físicos, para garantir um ensino de qualidade.

O professor é orientado a buscar conhecimento para potencializar o seu trabalho, ser criativo, comunicativo com os estudantes, tornando-os construtores de o seu próprio saber. Na educação especial não é diferente, e por isso a educação inclusiva necessita de uma escola reestruturada para dar acesso a essas crianças especiais.

O TEA ou simplesmente autista como um assunto complexo perante tal situação da educação no Brasil, sendo assim, justifica-se este estudo como um utensílio importante para os membros do grupo que lidam diretamente com essa problemática, trazendo conhecimentos novos que possam ser utilizados na resolução dessas dificuldades. Nos últimos anos tem-se observado mudanças no cenário da educação de pessoas com TEA, no entanto são escassas as pesquisas voltadas para essa área, especialmente no Ensino Fundamental.

Este trabalho realizou-se em uma escola do município de Itaituba-Pará, no período de Fevereiro de 2019. O objetivo geral e específico deste estudo consistiu em analisar as estratégias das práticas pedagógicas inclusivas de professores do ensino fundamental e o seu trabalho com crianças autistas. Especificamente na identificação dos desafios apontados pelos professores que lidam com os alunos com TEA, o uso ou não de tecnologia, a fim de tornar acessível o conhecimento às crianças com TEA e a identificação de práticas pedagógicas que favorecem a inclusão dessas pessoas.

As questões que nortearam a pesquisa foram: Quais as metodologias utilizadas em sala de aula para prender a atenção e conseguir manter a concentração do aluno autista? Quais as estratégias para ensino aprendizagem do aluno com TEA? Como o aluno com TEA é contemplado em seu planejamento nas

atividades em sala? E quais os desafios que o professor encontra ao ter um aluno com TEA na sala de aula?

A metodologia utilizada no primeiro momento de preparação deste referido Trabalho de Conclusão de Curso contou com uma pesquisa bibliográfica e documental com destaque de autores específicos como: (BRASIL, 2012), (CUNHA, 2013), (FILHO, 2030), (GOMES, 2007), (KUPFER, 2005). À seguir foi realizada a Pesquisa de Campo com a abordagem qualitativa, que contou com a participação de três professoras da escola e que trabalham com dois alunos com NEE, por apresentarem autismo. Foi necessário os processos de coleta e análises dos dados, as discussões e comentários, as propostas intervenientes e a conclusão. Este trabalho está estruturado em três capítulos, onde o primeiro trata da abordagem histórica sobre o autismo e o conceito histórico, como também os movimentos e lutas por uma inclusão dos deficientes no Brasil, o que lei garante e o direito à Educação Especial.

O segundo capítulo, aborda a escola, o professor e inclusão de alunos com TEA; a formação inicial e continuada do educador; a inclusão do aluno com “TEA” e o acompanhamento especializado; as estratégias pedagógicas e instrumentos para a inclusão para o aluno com necessidade educativa especial.

O terceiro capítulo, apresenta o resultado dos estudos, com a caracterização da escola pesquisada, os procedimentos metodológicos, os perfis dos entrevistados, a análise da pesquisa, a coleta e análise das questões, as propostas e a conclusão.

Portanto, o processo de inclusão dos alunos com transtorno do espectro autista em classes comuns da rede regular de ensino não é uma tarefa fácil, é importante construir avanços na construção de uma prática pedagógica que contemple as especificidades desse público e que, de fato, torne a realidade das escolas um espaço de educação para todos sem preconceitos.

1 ABORDAGEM HISTÓRICA DO AUTISMO.

1.1 CONCEITO E HISTÓRIA DO AUTISMO

No ambiente escolar, é preciso compreender as necessidades de alunos que precisam de AEE, especialmente os autistas. O “termo “Autismo” é originário da união das palavras “autos” (em si mesmo) e “ismo” (voltado para)”, logo a palavra tinha como seu significado primitivo de “voltado para si mesmo”, segundo Gomes (2007). Historicamente, a palavra “autista” foi utilizada primeiramente por um psiquiatra chamado Plouller no ano de 1906. Na época ele desenvolvia algumas avaliações de seus clientes para ter um maior aprofundamento da doença esquizofrenia. (GAUDERER, 1993, *apud* PRAÇA, 2011).

Cinco anos depois, a palavra autismo passou a ser usado para representar um dos sintomas da doença esquizofrenia por um outro psiquiatra que se chamava Eugen Bleuler, que estudava a perda de contato do mundo real e o desejo exagerado pelo isolamento, por escolha dos pacientes. Entretanto, foi através das publicações de Kanner no ano que 1943 que veio a público algumas descrições sobre o autismo, e Gomes (2007) informa que até este ano, o autismo era entendido como um componente da doença esquizofrenia.

Na época, Eugen havia reunido um grupo de crianças que era “diferente” de outras, porque apresentavam dificuldade em: se relacionar com outras pessoas, escolhiam ficar isolados diariamente até mesmo de sua própria família, dificuldade no uso da fala, alta capacidade de memorização, rejeição de pessoas ou de ambientes, comportamentos ou gestos repetitivos e esquisitos, agressividade e ansiedade, dentre outras maneiras, ressalta Gomes (2007).

Após analisar estes aspectos, Kanner utilizou a palavra autismo para descrever a qualidade de relacionamento que as crianças demonstravam, diferenciando dos sintomas da esquizofrenia, e apresentou o seu trabalho intitulado “Distúrbio Autístico do Contato Afetivo” (traduzido). Algum tempo depois, Gauderer (1993 *apud* Praça, 2011) afirma que o termo autismo passou a ser designado de acordo com as linhas de pesquisas de outros autores.

Por exemplo, em 1947 o autismo sendo uma fase precoce da esquizofrenia, Bender o nomeou de “Esquizofrenia Infantil”. Já em 1949, Rank intitulou o “Desenvolvimento Atípico do Ego” baseado na sua visão psicanalítica dos fatos

(GAUDERER, 1993 *apud* PRAÇA, 2011). Para provar que o autismo era uma causa proveniente do relacionamento entre mãe e filho, Mahler designou o autismo como uma “Psicose Simbiótica” em 1952.

Além dessas nomenclaturas, o autismo em 1956 foi teoricamente reavaliado por Bender, e o mesmo dissociou o retardo mental do autismo, o que resultou no uso dos termos Pseudo-Retardo ou Pseudo-Deficiente (GAUDERER, 1993 *apud* PRAÇA, 2011). Rutter desenvolveu novas pesquisas em 1963, e verificou que o autismo era manifestado antes dos 36 meses de vida, e intitulou o autismo como Psicose da Criança, Psicose Infantil ou Psicose de Início Precoce.

Independente do autismo ter sido divulgado em 1943 pelos materiais de Kanner, foi somente nos anos 60 que algumas análises mais relevantes permitiram maiores revelações sobre a deficiência autismo, permitindo a formação de vários conceitos diante dos trabalhos científicos posteriores. Diante disso, Gauderer (1993) citado por Praça (2011) reuniu três principais conceitos sobre o autismo.

O primeiro conceito foi estabelecido pela “Sociedade Nacional para Crianças Autistas” (traduzido). Segundo Gauderer, o autismo é entendido como uma “inadequacidade” no desenvolvimento da criança e que agrava com o tempo. Surge nos três primeiros anos de vida e quatro vezes mais comum nos meninos do que em meninas, independente raça, étnica e o social.

Os sintomas são: distúrbios no desempenho físico, social e linguístico; alterações nos sentidos tato, paladar, audição, visão e olfato; ausência ou atraso no uso das palavras durante o diálogo, maneiras anormais de manter o corpo, uso de expressões distantes do seu significado, ideias são preferencialmente mantidas ocultas, relacionamento anormal com pessoas e uso indevido de objetos. Indícios que levam a certificação de que o autismo possui suas diferenças em comparação a outras deficiências (GAUDERER, 1993 *apud* PRAÇA, 2011).

O segundo conceito foi estabelecido pela Organização Mundial da Saúde. (OMS) Mas primeiramente, é importante esclarecer que a 9ª Classificação Internacional de Doenças (CID-9) organizada em 1984, foi atualizada e passou a ser a CID-10, após Gauderer publicar a sua obra em 1993, e conseqüentemente, houve mudanças na definição de autismo (PRAÇA, 2011).

De acordo com a OMS, no CID-10 o autismo foi qualificado como um Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), conforme declarou Praça (2011). As características apresentadas pela criança seriam os de: desenvolvimento anormal,

alteração na comunicação, comportamento e na interação social, manifestação da deficiência antes dos 3 anos, fobias, crises e agressividades, perturbações no sono e durante a alimentação e gestos repetitivos.

O terceiro conceito foi estabelecido pela Associação Americana de Psiquiatria apresentada no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-III em 1980 (PRAÇA, 2011). A definição do autismo permaneceu na atualização do manual (DSM-IV) em 1994 e os sintomas identificados seriam: o desenvolvimento anormal que também atinge a comunicação, comportamento e a interação social, variação em cada manifestação de transtornos.

Ausência na participação de brincadeiras, desejo pelo o isolamento, realização de atividades solitárias, rejeição de outras crianças e dos membros da própria família, dificuldades na construção de frases devido sua linguagem ser idiossincrática e seus interesses são apenas individuais.

É possível verificar que nos dois manuais duas características são iguais, o surgimento da deficiência antes dos 3 anos de idade e alterações na tríade: comunicação, comportamento e interação social. Com relação ao DSM-IV, Gomes (2007) comunica que houve a substituição da palavra “Invasivo” por “global”, após a criação do DSM-IV-TR em 2002.

Portanto, a categoria “Transtorno Global do Desenvolvimento” integrou pessoas que representavam 5 grupos de deficientes: pessoas com “Transtorno Autista”, “Transtorno Desintegrativo da Infância”, “Transtorno de Rett”, “Transtorno Global de Desenvolvimento “(autismo clássico) e “Transtorno de Asperger” (GOMES, 2007).

Por reunir esses diferentes cinco grupos portadores de deficiência, a mesma autora ratifica que há pequenos traços semelhantes entre esses grupos, já que fazem parte de uma mesma categoria, no entanto, as diferenças entre si são relevantes, por isso que o DSM-IV-TR é o manual mais rico em detalhes e que transparece as diferenças do autismo em comparação a outras deficiências.

Um estudo divulgado por Serra em 2004, torna claro que para uma criança ser diagnosticada como autista, a mesma deve manifestar no mínimo 6 das características citadas anteriormente, ter uma avaliação das alterações no seu comportamento, linguagem e interação social, atrasos na prática de suas habilidades, e mesmo sabendo que a deficiência pode ocorrer isoladamente ou em função de outras deficiências como epilepsia ou Síndrome de Down ou a epilepsia,

é preciso diferenciá-las do Distúrbio Desintegrativo da Infância e da Síndrome de Rett (SERRA, 2004).

As considerações de Mercadante et al (2006) facilitam muito na diferenciação dessas suas deficiências. Para eles a diferença entre o autismo e a Síndrome de Rett é que a primeira ocorre com um maior número de meninos, enquanto que na Síndrome de Rett, a deficiência atinge mais as meninas. O ponto semelhante é na perda do domínio da fala, o que as faz retroceder no desempenho da linguagem. Todavia, eles afirmam que o Distúrbio Desintegrativo da Infância é raro e a semelhança só vai existir na perda de habilidades comunicativas e sociais.

Diante dessas colocações e exemplificações, observa-se que o autismo é de fato uma síndrome invasiva, que compromete o desenvolvimento corporal da criança, e seu dano se sobressai de forma generalizada. Martins (2007) acrescenta que o autismo sempre acompanha alguma deficiência mental. Segundo Grandin e Scariano (1999, p. 18), conforme citado por Praça (2011):

O autismo é um distúrbio do desenvolvimento. Uma deficiência nos sistemas que processam a informação sensorial recebida fazendo a criança reagir a alguns estímulos de maneira excessiva, enquanto a outros reage debilmente. Muitas vezes, a criança se “ausenta” do ambiente que a cerca e das pessoas circunstantes a fim de bloquear os estímulos externos que lhe parecem avassaladores. O autismo é uma anomalia da infância que isola a criança de relações interpessoais. Ela deixa de explorar o mundo à sua volta, permanecendo em vez disso em seu universo interior. (PRAÇA, 2011, p. 25):

Essa escolha de se ausentar do ambiente e das pessoas tem sido uma escolha do autista em querer evitar influências do mundo externo, a dificuldade em se relacionar colabora para o isolamento. Porém, Grandin e Scariano (1999, *apud* Praça, 2011) afirma que a criança se isola por querer uma fuga e os estímulos externos causam ataques de nervos, comportamentos inadequados.

Portanto, as autoras complementam que não há uma idade exata que justifique a manifestação da deficiência na criança; além disso, os sintomas sempre aparecem entre ao 18 a 24 meses, numa contagem equivalente de um caso em menina para 4 casos em meninos. É uma necessidade especial que precisa de cuidados, atenção e especialmente atendimento médico especializado, como psicólogos. No quadro abaixo, são listados alguns aspectos individuais do autismo na concepção dos autores mencionados anteriormente:

Quadro 1 – Características encontradas em uma pessoa autista.

Grandin e Scariano (1999, <i>apud</i> Praça, 2011)	• Contato visual difícil sendo normalmente evitado; • Ecolalia (repetição de palavras ou frases); • Preferência em estar só; • Não responde as ordens verbais (atua como se fosse surdo); • Recusa em ouvir; • Incapacidade de estabelecer interações sociais com outras crianças; • Dependência de rotinas e resistência à mudança; • Pode começar a desenvolver a linguagem, mas repentinamente isso é completamente interrompido sem retorno;
Gauderer (1993, <i>apud</i> Praça, 2011)	• Apresenta certos gestos imotivados como balançar as mãos ou balançar-se; • Fazem movimentos repetitivos;
Serra (2004),	• Cheira ou lambe os brinquedos; • Resiste à mudança de rotina;
Martins (2007),	• Demonstra desigualdade em habilidades motoras; • Limitação da variabilidade de comportamentos, de modo que as pessoas com autismo não podem fazer muitas coisas;
Gomes (2007)	• Autoagressão; • Isolamento social.

Fonte: Martins (2007), Grandin e Scariano (1999, *apud* Praça, 2011), Serra (2004) e Gauderer (1993, *apud* Praça, 2011).

Diante disto, é significativo saber que uma criança não possui os mesmos traços que outra autista e raramente é possível que haja semelhança no comportamento. A deficiência não tem cura, mas se o diagnóstico for precoce, os tratamentos apresentarão resultados mais eficientes, porque nos dias atuais, há educação para o controle de medicação, estímulo sensorial, suplementos alimentares, probabilidade de controle comportamental é baixa, e caso o sujeito não corresponda aos tratamentos, torna-se necessário a internação por toda a vida, explica a Giardinetto (2009). Para ela, o tratamento mais eficiente e realista é a educação, com profissionais especializados e atendimentos específicos.

1.2 DEFICIENTES NO BRASIL: MOVIMENTOS E LUTAS POR INCLUSÃO

A palavra Inclusão é um termo que corresponde a uma ação de integração em todos os aspectos, e colocar em prática esta ação tem motivado na realização de pesquisas no que diz respeito a valorização da diversidade, favorecendo na igualdade entre as pessoas, na liberdade de pensamento, do acesso à educação e formação profissional, deslocamentos e outros fatores sociais.

A luta pela inclusão e pelo reconhecimento da igualdade em todos os aspectos vem de muito tempo e estão registradas no documento intitulado “História

do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil”, elaborado pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, divulgado em 2010 apresentando tais lutas em diferentes períodos (ALVES, 2016).

O primeiro momento importante aconteceu em 1854 com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos e do Instituto de Educação de Surdos-INES em 1857. Alves (2016) afirma que os dois centros tinham como base de influência o modelo educacional da Europa, porém, o apoio financeiro do Estado era insuficiente.

Aponta-se ainda que as instituições tivessem um significado bastante relevante na época, mesmo as instalações terem acontecidos com atrasos. O apoio as pessoas com deficiência eram instáveis, pois se dividia entre as instituições públicas e filantrópicas, o que causou perda de muitos recursos. Muitos estudos passaram a serem desenvolvidos entre os anos 1889 a 1930, os quais comparavam uma deficiência a outras doenças comuns como a tuberculose e logo as práticas da medicina influenciaram as concepções de deficiência.

Após o início da década de 30, outro momento passou a ser marcante com relação a Educação Especial no Brasil. Mendes (2010) conta que nos registros históricos, muitos estrangeiros imigravam no país, dentre eles houve uma russa chamada Helena Antipoff. A psicóloga se tornou uma referência por ter criado a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais e por ter estabelecido os diagnósticos, as escolas especiais e classes.

Essa sociedade de fato veio a se expandir no ano de 1940. A ações da psicóloga não esteve limita apenas a sociedade, mas ela desenvolveu outros projetos e criou em 1954 a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (MENDES, 2010). Porém, observa-se no documento que as pessoas portadoras de deficiências precisavam ser representadas, com a finalidade de melhorar a sua condição de vida.

Os recursos que eram encaminhados das instituições filantrópicas e do governo continuavam a ser insuficiente para as pessoas especiais. Foi essa escassez de recursos que Alves (2016) afirma ser o principal motivo para que as associações representantes de deficientes físicos, surdos e cegos tomassem a decisão de se unir em defesa de seus interesses no fim da década de 60.

Reunidos para serem ouvidos, as classes reivindicaram por apoio com base nas suas necessidades diante da deficiência. Foi necessário planejamento,

organização de contatos, deslocamentos e muitos esforços para articular as propostas de intervenção e apoio as classes (ALVES, 2016). Mesmo se tratando de grupos com necessidades e dificuldades distintas, sempre havia pequenos pontos que correspondiam aos interesses em comum, que os fortaleciam em sua luta e reivindicação.

O movimento passou a ser mais conhecido graças a declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) que decretou 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), discorre Alves (2016). Essa declaração surgiu como uma defesa importante para o movimento, e para encorajar os defensores, foi criado e executado o Conselho Nacional de Entidade de Pessoas Deficientes, para auxiliar as atividades das classes.

Já no ano de 1980 em diante o assunto passou a fazer parte das discussões políticas como umas das principais pautas tanto no nível local ou internacional, afirma Alves (2016). Este período foi marcado como um momento de popularização do país, em que os direitos passaram a ser reconhecido através da Constituição Federal em 1988.

Nos anos 90, as conferências já ampliavam os debates sobre a educação, com o propósito de solucionar os processos que causavam a exclusão em todos os aspectos sociais (ALVES, 2016). Assim, cresceu o número de organizações, realização de conferências, elaboração de documentos, dentre eles a Declaração de Salamanca.

Em Salamanca no ano de 1994, houve uma conferência que contou com a presença de vários representantes de diversos países para fomentar a Educação para Todos (ROMERO; SOUZA, 2008). A agência especializada Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) editou a declaração no mesmo ano, com o objetivo de discutir estratégias para o desenvolvimento da Educação Inclusiva.

As principais diretrizes contidas nos documentos são a princípio o direito a educação, concepção sobre as particularidades de cada criança no processo de ensino-aprendizagem, preparação e adaptação dos centros de ensino para atender as necessidades das pessoas portadores de deficiência, constituindo assim, a valorização da diversidade nos sistemas educacionais, informam as pesquisadoras Romero e Souza (2008).

Observa-se diante do contexto histórico que foi a partir organização da Declaração que o Brasil passou a ter novas perspectivas de melhorias na educação, porque a criança passou a ser reconhecida por suas habilidades individuais, dando a elas a importância de inclusão no ensino regular, garantindo um ensino qualificado e atividades para vencer o preconceito e a discriminação, abordam as autoras.

As orientações passaram a ser incorporadas na Lei brasileira de Diretrizes e Bases (LDB) para a educação nacional, constituída nos dias 20 de dezembro de 1996. As autoras explicam que a junção foi uma estratégia significativa para revigorar a processo de inclusão de pessoas portadores de deficiência na educação brasileira. Logo, a educação especial passou a ter sua base legislativa de acordo com o capítulo V da LDB com o título “Da Educação Especial” (BRASIL, 1996).

De acordo com Romero e Souza (2008) as disposições da LDB passaram por algumas mudanças, e uma delas foi a disponibilização de matrículas para a inclusão de crianças especiais na escola de ensino regular, com acompanhamento especializado, dentre outras orientações de base. Além disso, uma outra característica importante na história da educação foi a fundação a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) em 2008 por meio do Decreto Legislativo nº186/200, ressaltam Gesser e Nuernber (2014).

Os autores citados no parágrafo anterior, relatam que a Convenção teve como base o projeto chamando de Modelo Social da Deficiência e, por isso, se tornou uma ferramenta para verificar as características individuais da criança diante dos aspectos políticos, educacionais, econômicos e na assistência médica.

Dentre as propostas para inclusão de pessoas especiais, vale enfatizar que a escola passaria a tratar todos os alunos sem exceções, reconhecendo seus direitos, o apoio técnico, respeitando as concepções físicas do aluno mediante a diversidade humana, independente de sua deficiência, do grupo social a que pertence, idade e gênero (GESSER; NUERNBER, 2014).

Diante da abordagem histórica, foi possível verificar que até o ano de 2012 não houve leis específicas para facilitar os direitos/benefícios das pessoas portadores do Transtorno do Espectro Autista (TEA). A “Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista” estabeleceu a Lei de nº 12.764/2012, conhecida como a Lei Berenice Piana. Foi através dela

que os autistas passaram a ter uma condição de vida mais viável, junto aos familiares que também fazem parte do processo de inclusão (BRASIL, 2012).

Além dessas atribuições, a lei dispõe o acesso à Educação com apoio especializado e ensino profissionalizante, na perspectiva de que o exercício de inclusão escolar está propenso a ser um campo de maior crescimento, diante a provação do documento. A autora acredita que o interessante seja o aluno autista frequentar a escola estando consciente de que lá ele é acolhido, recebe atenção, desenvolve suas habilidades, socializa com outras pessoas e não por imposição de leis.

Fialho (2013) complementa que a inclusão é na realidade um conjunto de desafios, pois em muitos casos o aluno portador da deficiência apresenta resistência no acompanhamento especializado, e para que a escola tenha sucesso neste processo, é necessário que ela faça uso de estratégias para promover uma mudança de hábitos e valores que mantem a organização de uma instituição de ensino.

1.3 AUTISMOS: O QUE DIZ A LEI.

Primeiramente, compreende-se o Autismo como uma modalidade de ensino especial, um sistema diferenciado e direcionado a um público-alvo específico afirma Ambrós e Oliveira (2017). Logo, a escola se encontra em um processo de reorganização do seu espaço físico e do sistema de ensino, para receber este público e garantir que o mesmo evolui nos quesitos afetivo, social e cognitivo.

Uma modalidade de ensino especial é formada por um conjunto de estratégias que visam diversificar a prática pedagógica, afim de promover a aprendizagem, romper as dificuldades, com a função de oferecer melhorias no processo de ensino-aprendizagem, para os alunos portadores da deficiência (AMBRÓS; OLIVEIRA, 2017).

As classes de pessoas especiais foram beneficiadas no processo de inclusão, pois passaram a ter os seus direitos respeitados como determina a Constituição Federal (CF) de 1988 (BRASIL, 1998). Constata-se especificamente no art. 208 da CF, que o Estado tem o dever de garantir a educação para as pessoas portadoras de deficiência na rede de ensino regular.

Assim, a escola tem a obrigação de receber o aluno com TEA; e este tem o direito de estudar na instituição, tendo o atendimento especializado e acima de tudo com profissionais qualificados.

Na abordagem sobre Movimentos Políticos das Pessoas com Deficiência no Brasil, a Declaração de Salamanca (1994) descreve o compromisso que o governo deve por em prática, que é viabilizar uma educação para todos, pois além de ser uma precisão:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 1).

Em concordância do direito a educação, formação de uma escola apta a atender todos os tipos de alunos, propostas pedagógicas que combatem a discriminação, a intolerância e a construção de uma sociedade inclusiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 atribui em favor da educação especial um capítulo exclusivo. (BRASIL, 1996).

Observa-se que o capítulo (V) de destaque, aborda a questão da Educação Especial em apenas 3 artigos. Porém, se tais diretrizes forem colocadas em prática, o Brasil pode tornar-se uma referência mundial no quesito educação e inclusão educacional. (BRASIL, 1996).

No primeiro artigo de número 58, tem-se uma orientação de que a educação especial deve ser entendida como uma modalidade direcionada a “educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. (BRASIL, 1996, p.25).

Não sendo possível o aluno ser integrado nas classes de ensino regular, o mesmo tem por direito de receber um atendimento nas salas, nas dependências da instituição, estando acompanhado de um especialista, para que o mesmo trabalhe as habilidades no que diz respeito às suas condições, como descreve o parágrafo segundo. Em seguida, o terceiro parágrafo do referente artigo corrobora sobre o

dever o Estado propor que a educação especial se inicie na faixa etária de 0 a 6 anos. (BRASIL, 1996).

Por sua vez, o artigo 59 do capítulo 5 torna certos alguns requisitos para os alunos portadores de deficiência, TGD e de altas habilidades ou superdotação:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; [...] IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora [...] (BRASIL, 1996, p. 25)

Diante disso, promover a inclusão de um autista na escola é inserir o autista na escola é possibilitar a sua participação em atividades de formação, e além disso, os alunos comuns podem aprender a lidar com as diferenças do próximo, para que no mais adiante eles não demonstrem atitudes de discriminação, pois o direito a educação e a saúde é para todos como determina a CF de 88 (BRASIL, 1988).

O autor Brandão (2007) citado por Ambrós e Oliveira (2017) faz ressalvas sobre a contribuição da família nesse processo de inclusão. O mesmo explica que a família precisa estar presente junto a escola e principalmente ao professor, repassando instruções sobre as suas necessidades, histórico médico (em casos mais específicos) com o objetivo de facilitar o trabalho do docente, porque em muitos casos o aluno autista apresenta resistência ao seu acompanhante.

Por isso que os documentos destacam a importância de a escola trabalhar métodos que favoreçam o desempenho dos alunos especiais, para que eles possam lidar com as suas limitações. Com relação a este público estudantil, é importante reforçar que o documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” concedido ao Ministério da educação em 2008, apresenta as normas que garantem ao aluno um ensino de qualidade, da mesma forma como está exposto na LBD, direito a educação com um ensino que propicie um desenvolvimento integral ao sujeito.

Diante disto, as Leis de Diretrizes de Bases da Educação, ressalta que as instituições de ensino precisam trabalhar todos os níveis de educação escolarizada, com a inclusão com todos os alunos que precisam de AEE.

[...] ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação Inter setorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p.14).

Kupfer (2005) contempla a legislação assegurar um atendimento especializado com a participação da família e da comunidade. No entanto, ele acredita que só o fato do aluno autista estar presente na escola se torna um método terapêutico, pois a instituição em um ambiente de construção do saber, o que torna o principal lugar apropriado para os autistas, porque a escola exerce o seu papel de transmissor e construtor da cultura e da aceitação das diversidades.

Outro documento importante a ser destacado é a Lei de nº 12.764, que constituiu no ano de 2012 a “Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista” com algumas breves alterações no artigo noventa e oito da Lei nº 8.112 organizado na década de 90. Nesta legislação, é garantida ao autista a atenção integral as suas necessidades de saúde, para que haja um diagnóstico precoce, acesso aos medicamentos específicos e nutrientes, bem como o acompanhamento de um profissional especializado (BRASIL, 2012).

Outros pontos relevantes do mesmo documento é o incentivo a integração da pessoa autista no mercado de trabalho, por meio da observação de suas particularidades com relação a deficiência, como está disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, pois o autista possui qualidades e a escola prepara o indivíduo e garante o desenvolvimento de suas habilidades junto ao seu acompanhante especializado (BRASIL, 2012).

Através da legislação, pode-se verificar que a leis auxiliam na inclusão desses estudantes especiais. A escola cumprindo tais regimentos se torna um ambiente adequado, capacitado por fornecer reformas pedagógicas que somam no processo de inclusão (AMBRÓS; OLIVEIRA, 2017). Além disso, a escola instrui o corpo docente a buscar mais conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista, com a concepção de que é possível lidar com pessoas portadoras dessa deficiência.

Os autores complementam que a escola nos dias atuais precisa se adequar as normatizações e fazer uso de mecanismos que facilitam o desempenho do professor, porque cada aluno possui seu ritmo de aprendizagem devido as suas dificuldades que se diferenciam dos outros autistas. Logo, o educador precisará trabalhar com vários tipos de adaptações metodológicas, que visam a socialização, resultando em desenvolvimento intelectual, social e inclusão efetiva.

1.4 ALUNO AUTISTA E O DIREITO À EDUCAÇÃO ESPECIAL

O Autismo tem sido um objeto de muitas repercussões de ideias em pesquisas, e mesmo o professor estando em contato com vários materiais sobre TEA, o tema continua a ser desafiador em áreas distintas do conhecimento. A professora Bosa (2002) é um exemplo de profissional que busca entender a deficiência e seus fatores presentes no ser humano, pois poucas escritas têm facilitado na compreensão de pessoas autistas.

A autora a princípio remete o assunto nos aspectos históricos, mencionando os primeiros registros de Leo Kanner e Hans Asperger na década de 40 (BOSA, 2002). Primeiramente, ela relata em suas observações, que as crianças autistas tinham dificuldades em se relacionar e sempre se mostravam interpessoais, e que as causas não seriam por questões externas, mas percebiam que as crianças eram dotadas de inteligência, mesmo não aparentando ser.

Outros traços identificados foram os movimentos voluntários ou automáticos do corpo, a resistência as mudanças, pois elas apresentavam as mesmas ações o que constituíam numa mesma rotina diária, relata a autora. Kanner identificar as habilidades das crianças em girar objetos e o seu envolvimento com as atividades, que eram repetidas.

Assim, foi compreensível que as crianças ficavam ressentidas quando elas eram influenciadas a algum tipo de mudança, e isso tem levado a muitos pesquisadores atuais entender a necessidade de se familiarizar com o autismo para estar cientes dos comportamentos como é o esperado Kanner (1943 *apud* Bosa, 2002).

Segundo Bosa (2002) as concepções sobre a deficiência, que antigamente era definido como uma patologia, interligada a doença esquizofrenia, além do mais,

alguns materiais justificaram a dificuldade de relacionamento das crianças devido a falta de atenção e carinho da família.

O autismo em estudos recentes passou a ser definido como um TGD. Nesta concepção a mesma explica que a categoria integra pessoas que são portadoras de deficiência Autismo, Síndrome de Rett e a Síndrome de Asperger e o TGD sem especificação, Síndrome de Rett e o Transtorno Global do Desenvolvimento sem outra especificação, com isso a nomenclatura Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa essas três classes.

A autora Bosa (2016) informa também que a Cartilha dos Direitos das Pessoas com Autismo mostra que o Autismo provoca alterações na comunicação, no comportamento e na interação social do indivíduo, que pode ser identificado antes dos 3 anos de idade e que as causas ainda são desconhecidas. A cartilha foi lançada em 2011 com ajuda da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e do Movimento Pró Autista, diz a autora.

Dentre das características, pode-se mencionar a falta de interesse da criança em relacionar-se com outras pessoas, ausência no contato visual, dificuldades na comunicação e quando há comunicação a criança usa termos sem sentidos, demonstração de movimentos repetitivos, a não aceitação das mudanças, gosto pelo isolamento e outros. com dificuldade ou não usada, a configuração de movimentos repetitivos, resistências às mudanças na rotina, preferência em ficar sozinho, dentre outras (BOSA, 2016).

É importante que haja a identificação precoce da deficiência, porém, a autora se opõe as considerações que generaliza as definições sobre Autismo, porque cada criança apresenta um caso específico. Diante disso, torna-se necessário que a família busque informações que os permita compreender as necessidades individuais de seus filhos especiais, orienta a autora.

O pesquisador Ortega divulgou em 2009 um material intitulado “Deficiência, autismo e Neurodiversidade”, falando da preocupação e do papel dos pais na formação pessoal de seus filhos Autistas. Entretanto, ele identificou que em muitas situações, os pais têm procurado terapias padronizadas, acreditando que podem alcançar um nível de cura. E isso se torna um problema, porque o Autismo não pode ser lido como uma doença, mas como uma diferença a ser trabalhada e respeitada.

Quanto ao processo de escolarização, Santos (2011) trás duas observações interessantes e verdadeiras. A primeira é que a escola deve evitar que o aluno com Transtorno do Espectro Autista mantenha-se isolado, e para isso será necessário uso de estratégias que estimulem as crianças construírem uma relação com os Autistas, porque o indivíduo se forma no convívio social.

A segunda observação é que seja trabalhado a interpretação de como as crianças comuns veem aos autistas e como elas devem se relacionar com pessoas com TEA. É neste ponto que torna essencial o papel do professor, por ensinar com flexibilidade, contextualização, pondo em prática a comunicação em sala de aula (SANTOS, 2011).

A escola é, portanto, um ambiente que retrata a realidade social, e deve sempre ser caracterizado como um lugar que disponibiliza o acesso a linguagem e o contato a outras realidades, e que forma a criança autista de forma subjetiva, favorece na formação dela como sujeito, confirma a autora.

A formação da subjetividade se refere a forma como cada indivíduo enxerga e compreende o mundo a sua volta, afirmam Dantas e Miranda (2012). Por isso que o educador deve manter uma relação ativa com um autista, para que forme um processo de comunicação entre eles, e assim a criança autista conseguir se relacionar com o mundo e com o próximo.

Nota-se que há muitos motivos que podem facilitar para o professor, a família e até mesma a comunidade a incluir pessoas com TEA nas escolas de ensino regular, porque o processo de ensino-aprendizagem se dá pela contextualização do conhecimento do mundo a fora, da comunicação, da interação e dentre outros aspectos (Dantas; Miranda, 2012).

Muitas são as dificuldades no ambiente escolar, principalmente no que diz respeito ao comportamento, que em muitos casos as crianças com TEA demonstram ter medo, resistência à atenção do seu acompanhante, no entanto, a escola precisa quebrar esses bloqueios e seguir adiante no processo de inclusão escolar.

2 FORMAÇÃO DOCENTE E INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA

2.1 FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DO EDUCADOR.

A formação docente no seu estado inicial, permite o acadêmico exercer atividades reflexivas, que facilita na compreensão dos problemas no ambiente escolar. De acordo com Oliveira (2016) os referidos cursos refletem em uma grande importância para a autonomia escolar, pois aponta algumas diretrizes quanto ao papel do educador, sem negligenciar os projetos institucionais.

As definições de como ensinar, aprender, e principalmente a forma de avaliar são concepções básicas para a formação do futuro profissional, para que este saiba como elaborar atividades pedagógicas que diversifique o ensino tradicional e a molde como uma ação educacional, sem exceder os limites da sala de aula, e que “a serviço de um conhecimento pragmático sem relação com a complexa dinâmica do universo” (COSTA, 2012, p.5).

Atualmente, a escola precisa modificar o seu processo de ensino-aprendizagem, e deixar de lado as atividades rotineiras, que estejam contextualizadas, envolvendo a família, a comunidade, outras entidades (OLIVEIRA, 2016). Estas questões são colocadas em discussão para os acadêmicos, e a Instituição de Ensino Superior propõe a etapa do Estágio Supervisionado para que eles estejam diante dessa realidade no sistema educacional.

Oliveira (2016) comenta que em alguns cursos de licenciatura, os assuntos atuais ainda é uma segunda opção na grade curricular, o que pode tornar o trabalho do professor insuficiente diante das questões sociais, porque o profissional em atuação se depara com múltiplas diversidades, principalmente no processo de inclusão e heterogeneidade.

Muitos estudos traçam temas específicos para a formação do professor, como a inclusão. Atuar na sala de aula com pessoas portadores de deficiência tem sido um grande desafio, porque o professor iniciante sente insegurança, e torna-se necessário uma formação complementar e especializada que auxilie na prática inclusiva, caso contrário, o processo de ensino manifestará a inclusão (OLIVEIRA, 2016).

Alguns estudos retratam relatos de professores que apresentam a realidade da profissão. Por exemplo, Silva et al (2012) averiguaram que há professores que lidam com uma classe com mais de 20 alunos e tem a preocupação de acompanhar um aluno especial, resultando no esgotamento físico e mental. Logo, eles reiteram que o professor necessita de um suporte físico, e manter uma relação à família para juntos lidar com estes desafios.

O maior manual de preparo para a formação do professor é o próprio aluno, afirma Oliveira (2016). Ele além de conhecer a individualidade do estudante, precisa identificar suas habilidades e trabalhar com elas para que ele desenvolva a linguagem, o comportamento e interaja com outras pessoas. Uma determinada dificuldade que o aluno manifesta, se torna um ponto interessante ao professor, porque ele usará uma estratégia para intervir e ajudar.

Para que isso ocorra, depende da formação que o professor adquiri na academia. Na Declaração de Salamanca (1994) é detalhado que a formação precisa ser reformulada, no propósito de capacitar profissionais que estejam de fato preparado para assumir o seu papel em diferentes situações, nos programas voltado para pessoas especiais, e que a formação inicial englobe todos os tipos de deficiências, antes que o ele escolha seguir uma área específica. Desta maneira, afirma-se que o docente deve ter uma capacitação continuada porque:

[...] o educador deve acompanhar o processo de evolução global, colocando a educação passo a passo no contexto de modernidade, tornando-a cada vez mais interessante para o aluno, a fim de que ele possa compreender que, na escola, ele aperfeiçoa sua bagagem. É nesse processo que o professor pode ver e rever sua prática pedagógica, as estratégias aplicadas na aprendizagem dos alunos, os erros e acertos desse processo para melhor definir, retomar e modificar o seu fazer de acordo com as necessidades dos alunos. (FUMEGALLI, 2012, *apud* OLIVEIRA, p.40)

Sabe-se que cada aluno com TEA, possui suas características, individualidades e o professor precisa está preparado para saber trabalhar com esse aluno, fazer uso de métodos específicos. Cunha (2011) explana sobre o método TEACCH (Tratamento e Educação de Crianças com Deficiência e Comunicação Relacionada com o Autismo – traduzido). Para ele, é uma ferramenta bastante presente na educação, em especial no processo de inclusão de alunos com TEA na escola regular em todo o mundo.

Ainda explica-se que o método é um programa psicoeducacional pautada em estudos que cujas teorias representam a vida de uma pessoa portadora do autismo e sua condição em vida em todos os ambientes. Diante disso, o método visa influenciar o professor a ter uma visão mais compreensiva do mundo, auxilia-o no ensino da linguagem, diante de uma rotina diária diferente. O programa tem se expandido e aceito em muitas escolas públicas e até mesmo em clínicas de reabilitação, informa-o (CUNHA, 2011).

Um segundo método explanado por Cunha (2011) é o PECS (Sistema de comunicação de troca de fotos – traduzido). Neste o professor faz uso de fotografias que representam objetos ou materiais do mundo e que são importantes para aprendizagem da criança. O método permite que o docente associe coisas do mundo abstrato com o mundo real, por exemplo, se a criança quer se alimentar, ela faz a troca de uma foto que representa alimento por alimentos reais que ela deseja comer.

O PECS é uma técnica desenvolvida pelos americanos Andrew S. Bondy e Lori Frost em 1994, para crianças com TEA e que apresenta déficit elevado na fala. Quando criado, foi projetado em 7 fases, cada uma com uma finalidade exclusiva e nos dias atuais o sistema ficou reduzido em 6 fases. A cada fase que a criança atinge significa que ela está progredindo, seguindo as orientações do manual de instruções do PECS, explica o autor.

As crianças que fazem uso desse método, primeiramente aprendem a trocar informações com o seu acompanhante, fazem a troca de figuras pelo item que desejam ter, formando um tipo de comunicação, para alcançar resultados visíveis. Andrew S. Bondy e Lori Frost *apud* Cunha (2011), abordam em seu material que as crianças iniciam a comunicação isoladas, em seguida, praticam a combinação de fotos, treinam a junção e estrutura das palavras, uso da gramática e as funções dos termos para a comunicação.

Os criadores mencionam que os resultados são favoráveis, porque observaram que as crianças, principalmente as que são portadoras de deficiência Autismo, desenvolvem suas habilidades desde a descoberta precoce, como mostram os relatórios dentro do PECS (BONDY; FROST, 1994, p.301, *apud* CUNHA, 2011). Isso mostra que o método é eficiente para o desenvolvimento da oralidade da criança com TEA a partir dos 5 anos, quando são incluídas no PECS.

Diante disso, torna-se evidente que a pessoa com TEA tem suas diferenças em comparação aos demais, logo, o professor junto a família tem papel fundamental neste processo de aprendizagem da língua e na escolha de ferramentas que facilitem a criança a aprimorar suas habilidades. A criança autista tem uma inteligência elevada da população, em contrapartida há os que precisam apenas de uma adaptação no sistema educacional.

2.2 A INCLUSÃO DO ALUNO COM “TEA” E O ACOMPANHAMENTO ESPECIALIZADO.

A inserção de alunos com TEA se dá pelas estratégias utilizadas pelo docente. O educador é orientado a buscar, desenvolver outras metodologias para ensinar o aluno especial, a família precisa estar acompanhando esse processo na escola e dar apoio ao professor, para que ambos obtenham sucesso da criança com TEA e a inclusão escolar é entendida como a integração de todos os alunos em todos os aspectos.

A palavra inclusão com seu sentido direcionado a Educação no Brasil, surgiu na década de noventa e em muitos materiais escritos, o termo costuma ser confundido com a expressão integração, entretanto, a palavra integração remete a inclusão de pessoas de acordo com seus direitos em alcançar e priorizar seus direitos da classe de pessoas especiais, e a palavra inclusão faz menção ao direitos de todos independentes de sua condição ou restrição (OLIVEIRA, 2016).

O processamento da inclusão de aluno com TEA dá a entender como um conjunto de fatores referentes a interação, socialização e a evolução de suas particularidades, fazendo com que haja uma quebra de paradigmas para as escolas tradicionais. Ropoli relembra que a inclusão envolve a todos: “[...] sem quaisquer condições pelas quais possam ser limitados em seu direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, e sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os exclua das suas turmas”. (ROPOLI, 2010, p.8).

Esse direito de participação ativa é o que compõe a dignidade do ser humano, a satisfação de exercer os direitos e deveres como cidadãos. Na Declaração de Salamanca (1994) o termo inclusão não se limita apenas a ação de integrar o aluno especial na sala de aula, mas se trata de sua adequação em um

ambiente reestruturado, participação na realização das atividades, para que ele produza novos pensamentos, atitudes, tenha outras perspectivas sobre a sua vida pessoal e profissional.

Em concordância as prescrições da Declaração, Ropoli (2010) discorre sobre a necessidade de buscar conhecimento, rever as propostas do currículo, porque a prática não se prende apenas as teorias estudadas na academia, mais que as experiências tendem a se expandir e favorecer no desenvolvimento dos alunos normais ou especiais. Desta forma os exercícios do cotidiano podem se compor em um “currículo e em alguns casos, talvez sejam “os conteúdos” que serão ensinados (ROPOLI, 2010, p.90).

Há muitos conceitos diferenciados sobre a inclusão escolar, porém, todas elas estão sinalizadas para uma mesma colocação, de que as instituições precisam estar readaptadas para integrar os alunos com TEA, os docentes precisam também ter uma formação adequada e estar acordado de sua função e dos resultados esperados. De acordo com a descrição da Declaração da Salamanca:

Os currículos devem adaptar-se às necessidades da criança e não vice-versa. As escolas, portanto, terão de fornecer oportunidades curriculares que correspondam às crianças com capacidades e interesses distintos. As crianças com necessidades especiais devem receber apoio pedagógico suplementar no contexto do currículo regular e não um currículo diferente. O princípio orientador será o de fornecer toda a mesma educação, proporcionando assistência e os apoios suplementares aos que deles necessitem. (DECLARAÇÃO DA SALAMANCA, 1994, p. 22)

Por lei é necessário que todos passem pelo processo de inclusão escolar, desta forma a criança com TEA será capaz de contar com o apoio junto as outras crianças, para que tenha um convívio melhor. Silva (2012) explica que o ato é intencional, e busca se com essa inclusão facilitar o desenvolvimento da criança atrás do contato com outros, e do ensinamento de que é possível conviver com as diferenças, para a construção de um mundo melhor, para ela falar de inclusão é de fato um “tema delicado e complexo quando saímos da teoria e partimos para uma prática efetiva nas escolas” (SILVA, 2012, p.112).

Outro parecer importante da autora é o apoio dos pais nesse processo da criança junto a escola, pois é preciso estarem atentos às necessidades dessas pessoas especiais, e que juntos devem sempre estarem dispostos a buscarem as melhores estratégias ou suporte para que eles se sintam seguros para expor suas

habilidades e enfrentar seus medos e pensamentos negativos que os fazem querer estar isolados do mundo real.

Os documentos oficiais especificam que a partir do momento em que a criança autista é inserida na escola, os professores precisam adotar alguma metodologia que esteja focado no desenvolvimento da linguagem, para que a mesma tenha reforço maior no processo de ensino-aprendizagem que dos demais, e para que isso aconteça o professor precisa estar capacitado para trabalhar com ferramentas que facilite a relação entre professor-aluno e paralelamente aos outros alunos da turma. (OLIVEIRA, 2016).

Essa relação é a base, mesmo não havendo uma correspondência esperada das atitudes do aluno, e por isso o docente precisa fazer uso de métodos que motivem o gosto dos alunos pelos conteúdos, valorizando toda a ação resposta da criança. A educação surge em meio a relação entre ambos para conduzir a construção do indivíduo, e no caso dos alunos com TEA, essa construção acontece de acordo com as suas possibilidades, afirma Cunha (2011).

Diante disso, compreende-se que um aluno portador da referida deficiência é um ser que deve ter seus limites respeitados, logo, a linguagem penetra todas as áreas de sua evolução, pois é o que dá a ele a percepção das coisas ao seu redor, e principalmente do mundo a fora (CUNHA, 2011). É através da linguagem que o mesmo consegue diferenciar as coisas, situações, e principalmente construir ferramentas no seu interior, as quais o permitem associar as informações.

Além desses, a linguagem provoca mudanças no progresso de memorização, trazendo benefícios que favorece no desenvolvimento das atividades e a criança busca ter iniciativa em se organizar e lembrar-se das etapas. Dessa maneira, a educação apresenta ter mais qualidade nesse processo evolutivo da imaginação do aluno com TEA, complementa o autor.

Portanto, as pessoas com TEA devem estar presentes na escola, participarem constantemente das atividades, das programações e o professor precisa ter seu currículo adaptado pra que tenha condições de promover a inclusão escolar com eficácia, para que eles sintam-se motivados, se sintam capazes a ponto de se dedicarem ao máximo nas atividades, principalmente quando for realizar em coletividade.

A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista formada pela Lei de nº 12.764/2012 é resultado da conquista de

uma mãe chamada Berenice Piana (CUNHA, 2011). O autor relata que esta mãe sofreu muitas dificuldades por querer incluir seu filho em uma escola, e por conta própria estudou bastante sobre o seu caso e os processos de inclusão escolar, tempo depois, criou uma lei e recebeu a aprovação no ano de 2012.

Um dos principais benefícios da lei que precisa ser destacado é o direito da pessoa com TEA em ter um acompanhante especializado, como é apresentado no artigo 2º, o qual declara que “em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista, incluída nas classes comuns de ensino regular, terá direito a acompanhante especializado” (BRASIL, 2012, pag. 2).

A autora Oliveira (2016) corrobora dessa mesma importância do aluno com TEA ter seu acompanhante. Para ela, faz-se necessário o acompanhamento até que o aluno tenha autonomia necessária, diferente disso, ele necessitará de um profissional capacitado, na prática o professor não consegue dar atenção a todos os alunos da turma, e garantir sozinho a inclusão do aluno com TEA.

Nos dias atuais, a autora explica que o termo acompanhante foi substituído pela expressão “cuidador”, profissional que tem a responsabilidade de acompanhar o aluno, de dar apoio com ao professor titular da turma, para juntos colocar em exercício todas as adaptações necessárias, sendo um apoio momentâneo para que o aluno constitua sua autonomia e ganhe o seu espaço na escola (OLIVEIRA, 2016).

Ter um acompanhamento, não é um benefício apenas para o professor e ao aluno com TEA, mas também aos pais de forma indireta, pois eles se sentem mais seguros, acreditando que o seu filho especial está amparado, e pode futuramente vencer suas dificuldades e viver plenamente em sociedade, explica a autora. Uma pessoa com TEA possui capacidade de aprender, mesmo com seu comportamento distinto dos demais, porque assim como sua deficiência causa apreensão na família, suas descobertas podem causar admiração, conforme a ajuda que ele vai recebendo diariamente na escola.

Promover cursos de formação continuada tem sido uma alternativa para o docente lidar com a demanda de alunos com TEA, pois até o início do ano letivo o professor dificilmente está ciente da demanda. E o cuidador, segundo Cunha (2011) não se trata apenas de um profissional qualquer, mas de alguém que possui qualificação na área de psicopedagogia, e no Brasil, essa ausência de preparo ainda se faz ausente em muitas instituições.

Mediante esse despreparo de alguns educadores, a LDB deixa claro que os centros de ensino devem assegurar aos alunos especiais, a supervisão de pessoas que tenham um currículo adequado, que façam uso de métodos motivacional, que façam uso de recursos, que criam estratégias para trabalhar nos alunos autistas as suas habilidades e superdotação, exercer sua função dentro de uma organização específica, para que o mesmo consiga suprir as necessidades dessas pessoas com TEA. (BRASIL, 1996).

2.3 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E INSTRUMENTOS PARA A INCLUSÃO.

Ao ratar-se de educação, para os alunos com NEE, a inclusão traz mais vantagens do que desvantagens ao nível da aceitação social, pois promove qualidades como a sociabilidade, autonomia, autoestima, justiça e disponibilidade para ajudar os outros, o que contribui para que os alunos sem tais necessidades se tornem menos individualistas, egoístas e menos dependentes dos outros. Relativamente os alunos sem NEE cujos educandos que têm na turma não se verifica a mesma tendência, ainda que as diferenças sejam muito tênues, o que pode denotar atitudes de segregação e construção de preconceitos.

Mediante as dificuldades iniciais, as escolas recorrem a todo tipo de tentativa de acolhimento ao aluno. Essa é uma atitude absolutamente compreensível, embora sejam importantes alguns cuidados. Se conseguirmos deslocar nossa atenção das estereotipias e reações da criança e nos projetarmos a um cotidiano futuro, é possível “cuidar” de algumas questões (FILHO, 2010, p.23).

“As práticas pedagógicas são alguns aspectos dos quais são organizados de forma intencional para atingir um determinado objetivo na educação. Decorre de pactos sociais, de negociação e deliberações com um coletivo”. (FRANCO, 2012, p. 154). É preciso então que o corpo docente reveja suas concepções e reconstrua seus objetivos para que esses incluam a aceitação das diferenças. Desta maneira, poder-se-á “buscar, em cada aluno, as suas qualidades desejáveis, em vez de acentuar ainda mais suas inadequações para determinadas tarefas” (Leite, 1981, p. 245).

Quanto a isso, um problema observado foi a carência de informações referentes às possibilidades e limitações que caracterizam o perfil evolutivo

individual do aluno com N.E.E., observado na falta de informações sobre o diagnóstico destes alunos e pelas dúvidas acerca do mesmo

Ao analisar a recolocação da incumbência pela educação à escola e aos educadores, chega-se à conclusão de que estes têm a responsabilidade da contínua avaliação e de que a capacitação dos profissionais inicia-se numa formação sólida, mas de modo algum se esgota, pois a reavaliação deve ser permanente para que alcance qualidade na educação. Com isso busca-se não só a integração do aluno diferente, mas a concepção de que é a escola que deve adequar-se ao aluno e não ao contrário.

É comum que essas crianças apresentem manifestações de sua inflexibilidade de maneira exacerbada. [...] é fácil compreender que, no ambiente escolar, com todos os seus estímulos e vendo-se em meio a muitas outras crianças, a tantas falas e atitudes das outras pessoas que, aliás, não lhe são familiares, a criança reaja assim. Essas reações, de forma recorrente, podem ser de choro intenso, de movimentos corporais repetitivos, de indiferença em relação aos apelos e tentativas de ajuda, de apego a determinados locais fixos na escola e de recusa em deslocar-se conforme orientado. Também já observamos, em casos mais complexos, autoagressões ou reações abruptas envolvendo objetos ou mesmo alguma outra pessoa (FILHO, 2010, p.22).

É necessário também que sejam integrados vários conhecimentos para que se produza a interdisciplinaridade, indispensável ao processo de inclusão. A capacitação de educadores requer atenção, pois são necessárias a instrumentalização prática e a reconstrução de concepções de ensino e aprendizagem para que os objetivos educacionais levem em conta as particularidades dos alunos, conduzindo à individualização do processo educativo e desfazendo idealizações niveladoras. A capacitação dos profissionais da educação, entretanto, não é a única variável envolvida no processo de inclusão.

Assim, o incentivo a formação e a capacitação de profissionais especializados no atendimento a pessoa com transtorno do espectro autista bem como o apoio a pais e responsáveis confirmam o imperativo da parceria entre família e escola, fundamental na educação de todo aprendente com necessidades educacionais especiais. Não podemos deixar de lembrar os princípios para uma gestão democrática, com um projeto emancipador e transformador das relações sociais, enfatizando o trabalho coletivo e interdisciplinar como processo educativo do aluno (CUNHA, 2013).

É muito importante ressaltar que a responsabilidade desse aluno continua sendo da professora e da escola; a mediadora somente dá uma atenção direcionada a necessidade específica desse aluno, mas sempre com o intuito de inseri-lo as atividades de sala de aula, nunca propondo atividades diferentes, além disso, o objetivo dessa mediadora também deve ser ajudá-lo na socialização, que é uma grande dificuldade apresentada pelo aluno com autismo.

Creditar a responsabilidade pelo sucesso do processo de inclusão somente aos profissionais da educação seria desconsiderar uma série de questões importantes. Além disso, seria incorrer, de certa forma, no mesmo erro para o qual se procura alertar. Assim como não se pode atribuir ao aluno exclusivamente a responsabilidade por suas dificuldades, não se pode designar exclusivamente à escola a responsabilidade pelos obstáculos que vem encontrando.

O lúdico na educação inclusiva ainda é considerado um tabu para algumas pessoas, devido ao fato da dificuldade de compreender o concreto para os alunos com TEA, entretanto através da explicação, da brincadeira de forma bastante lúdica, é capaz sim de uma criança com TEA brincar, brincar de faz de conta, e imaginar (BAGAROLO, RIBEIRO, PANHOCA, 2013)

Diante disto, entende-se que uma mudança social é de extrema importância para um melhor desenvolvimento do aluno com autismo em sala de aula. Como discutimos no texto, a partir da perspectiva histórico-cultural fica claro que o ambiente é fator importante para o bom desenvolvimento e aprendizagem desse aluno. Para conquistar tais objetivos precisa-se conscientizar-se que essa luta deve ser diária e constante, buscando sempre os direitos legais, e quando esses ainda não existirem, que todos, incumbidos por uma mesma causa, possam contribuir para sua efetivação.

2.4 ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS (NEE)

A inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) tem vindo a adquirir particular relevância nas escolas, sendo atualmente uma realidade com a qual toda a comunidade escolar se depara. Assim, torna-se fundamental compreender as atitudes dos Encarregados de Educação (EE) perante a inclusão.

As crianças com Necessidades Educativas Especiais são aquelas que podem necessitar de apoios e serviços de educação especial durante todo ou parte do seu percurso escolar, por forma a facilitar o seu desenvolvimento académico, pessoal e sócio emocional, por exibirem determinadas condições específicas como o autismo, a hiperatividade, as dificuldades de concentração, as dificuldades motoras, as dificuldades sensoriais, as dificuldades de aprendizagem e as dificuldades de compreensão e expressão. A este respeito Menezes (2012) aborda que as práticas que envolvem a inclusão devem ser em conjunto.

É preciso então analisar a forma como a inclusão está sendo implementada, se está ou não gerando aprendizagem e se vem se configurando como uma experiência positiva, não só para os alunos, mas também para os demais envolvidos com a proposta (familiares, professores do ensino comum e especial), levando em consideração o momento em que a inclusão com frequência no espaço da escola comum será iniciado, além de outras variáveis (MENEZES, 2012, p.51).

Acredita-se e defende-se a inclusão escolar de sujeitos com autismo, por reconhecer-se as vantagens que a escola comum pode trazer no desenvolvimento destes sujeitos. O olhar da inclusão assume que a heterogeneidade existente entre os alunos é um fator positivo, que maximiza o potencial do aluno com NEE. O conceito de inclusão advoga uma educação adequada e apropriada, que respeite as características e necessidades específicas dos alunos.

Neste aspecto, a prática inclusiva dos alunos com deficiência nas classes comuns das escolas regulares é desafiadora e gera muitas dúvidas para pais, profissionais da educação e à própria sociedade. Importa ressaltar que a inclusão não pode ser reduzida unicamente à inserção dos alunos com deficiências no ensino regular e que uma prática inclusiva deve permear todo o processo educacional, bem como o envolvimento de toda a comunidade escolar.

Desta maneira, as escolas devem atender aos princípios constitucionais e proporcionar os meios necessários para efetivação de uma educação de qualidade e respeito às diferenças para todos os seus alunos. É notória a necessidade social de aprender a viver na diversidade; por isso faz-se necessária uma nova concepção de ensinar e de aprender. Devido as NEE de cada.

É fundamental o reconhecimento dos ritmos e diferenças entre os alunos para que todos tenham as suas especificidades atendidas. Para isto, Correia (1999)

ressalta sobre as Necessidades Educativas Especiais que tem suas definições e características distintas, que podem ser de:

- Carácter intelectual: enquadram-se neste grupo alunos com deficiência mental, que manifestam problemas globais de aprendizagem, bem como os indivíduos dotados e sobredotados, cujo potencial de aprendizagem é superior à média;
- Carácter processológico: abrange crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem relacionadas com a recepção, organização e expressão de informação. Estes alunos caracterizam-se por um desempenho abaixo da média em apenas algumas áreas académicas, e não em todas, como no caso anterior;
- Carácter emocional: Neste grupo encontram-se os alunos com perturbações emocionais ou comportamentais graves (ex: psicoses) que põe em causa o sucesso escolar e a segurança dos que o rodeiam;
- Carácter motor: Esta categoria abarca crianças e adolescentes cujas capacidades físicas foram alteradas por um problema de origem orgânica ou ambiental, que lhes provocou incapacidades do tipo manual e/ou de mobilidade. Podemos citar a paralisia cerebral, a espinha bífida, a distrofia muscular, amputações, poliomielite e acidentes que afectam a mobilidade;
- Carácter sensorial: Este grupo abrange crianças e adolescentes cujas capacidades visuais ou auditivas estão afectadas; Quanto aos problemas de visão podemos considerar os cegos (não lhes é possível ler, e por isso utilizam o sistema Braille) e os amblíopes (são capazes de ler dependendo do tamanho das letras); Relativamente aos problemas de audição, temos os surdos (cuja perda auditiva é maior ou igual a 90 decibéis) e os hipoacústicos (cuja perda auditiva se situa entre os 26 e os 89 decibéis). (CORREIA, 1999, p. 51)

Independentemente da incapacidade de cada criança, reconhece-se que todas mantêm o direito à educação, o direito à igualdade de oportunidades e o direito a uma participação ativa na sociedade. Todos os seres humanos são diferentes e as necessidades educativas são apenas uma característica. As crianças com necessidades educativas especiais são capazes de atingir os mesmo resultados, mas necessitam de abordagens de ensino e formas distintas de contactar.

O professor precisa ter o conhecimento de que modo facilitar a comunicação entre aqueles que lidam com estas crianças, e como agrupam-se geralmente as Necessidades Educativas Especiais nas seguintes categorias como o Problemas motores; o Dificuldades de aprendizagem; o Cegos-surdos; o Deficiência mental; o Deficiência auditiva; o Perturbações emocionais graves; o Problemas de comunicação; o Deficiência visual; o Multi deficiência; o Dotados e sobre dotados; o Autismo; o Traumatismo craniano; o Outros problemas de saúde.

Diante do exposto, é preciso um eficiente atendimento às crianças com NEE, para que todos devam ter um papel ativo na sociedade; e na forma como a mesma procede, tenderá a ser em escola com docentes especializados.

Esta condição passa a garantir a igualdade de oportunidades para todos, de forma a atingir o melhor resultado no expoente do potencial de cada um. E ainda mais importante no contato com as crianças com necessidades educacionais especiais é disponibilizar ajuda, incentivar e elogiar as mesmas quando o merecem, respeitando o seu espaço e privacidade sem as excluir de atividades como jogos e/ ou brincadeiras, promovendo ativamente a criação de oportunidades para que elas mostrem o seu verdadeiro potencial e sintam-se bem.

[...] é importante, na tentativa de acolhimento àquela criança, não proporcionar a ela vivências que não farão parte da sua rotina no futuro. A inflexibilidade e o apego a rotinas poderão levar a criança a estabelecer rotinas inadequadas no interior da escola, que causarão dificuldades posteriores para os profissionais e para a própria criança quando forem reformuladas. Exemplos disso são o acolhimento individual com acesso a brinquedos que não é dado às demais crianças, horários reduzidos para adaptação progressiva, permanência separada da turma em espaços como sala da coordenação ou direção da escola, alimentação em horário diferente do restante da turma, etc. (BELIZÁRIO FILHO, 2010,p.23).

Às peculiaridades impostas pelo Transtorno do Espectro Autista, deve-se buscar a criança que se esconde por detrás de um véu muito sutil, mas tênue o suficiente para imprimir uma marca que direciona o olhar somente para o comportamento. Quando deixa-se de lado os preconceitos que determinam todo o destino de um sujeito, muitas vezes impresso em um laudo que define toda uma vida está-se a caminho de buscar um ser integral, para além de suas limitações.

Diante disto, assegura-se que é na educação inclusiva que permite-se perceber que nada está pronto ou finalizado, troca-se de papel constantemente, e “ensinante” e “aprendente”. Aquilo que precisa ter significado para um, deve passar pelo entendimento e compreensão do outro; e essa troca acontece o tempo inteiro, colocando em desequilíbrio a cada nova proposta. Desta maneira,

O autista, sendo um indivíduo único, é exclusivo enquanto pessoa. Embora tenha características peculiares no que se refere à síndrome, suas manifestações comportamentais diferenciam-se segundo seu nível lingüístico e simbólico, quociente intelectual, temperamento, acentuação sintomática histórico de vida, ambiente, condições clínicas, assim como todos nós. (ORRÚ, 2009, p.111.).

Neste sentido, cabe pensar em todo o processo de inclusão de modo a fornecer meios, criando condições para que os estudantes em condições de deficiências possam se desenvolver e aprender de maneira justa equiparada com os demais pares. Sendo assim, a acessibilidade às tecnologias no contexto da educação inclusiva é algo imprescindível, que favorece a participação do aluno ao currículo sem discriminação.

É de fundamental importância entender, respeitar suas individualidades, valorizando suas potencialidades, pois compreendendo cada uma delas abre-se caminhos para o entendimento. Outras crianças podem ter a mesma síndrome, mas são únicas em seu jeito de ser, andar, falar, nas relações sociais e qualquer grupo ao qual estão inseridas. Só são apenas diferentes, mas que está dentro da normalidade. E a escola deve estar preparada para receber e proporcionar a educação escolarizada para a sociedade e vida profissional.

3 CRIANÇAS COM TEA: ANÁLISE EM UMA ESCOLA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA-PARÁ

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Aparecida de Sousa Costa é um estabelecimento de ensino público, localizada na 11ª Rua S/N, Bairro Jardim das Araras. Esta instituição recebeu este nome em homenagem a uma das professoras que se dedicou nesta árdua profissão de ser educadora. A escola iniciou suas atividades em 22 de fevereiro de 1999, porém sua criação foi oficializada pelo decreto nº 0056/99 de 13 de abril de 1999, pelo ex-prefeito Edílson Dias Botelho, essa estrutura atende hoje 457 alunos.

FOTO 01: Frente da EMEF Maria Aparecida de Sousa Costa/2019



FONTE: MENDES (2019)

A Escola Maria Aparecida de Sousa Costa desenvolve um projeto pedagógico que busca formação de indivíduos autônomos, ativos e flexíveis capazes de contribuir para a construção de uma sociedade democrática e justa, bem como tem clareza do seu papel e das funções da educação, possibilitando ao educando o acesso aos diversos conhecimentos.

A instituição oferece, por sua vez, o desenvolvimento de vários programas do Governo Federal dentre eles: Programa do Novo Mais Educação e Programa Mais Alfabetização e também os próprios projetos tais como: Projeto Mais Leitura, Projeto Interdisciplinar, Sarau Inclusivo, Projeto da água: Captação e reutilização da água da chuva o qual representou o município de Itaituba em Sumaré no estado

de São Paulo, objetivando melhorar os indicadores que apontam uma educação de qualidade.

O corpo docente da escola é composto por 23 professores todos são graduados em nível superior. Quanto ao corpo Técnico e Administrativo a escola conta com 01 diretora, 01 vice-diretora, 01 secretária e 01 técnica pedagógica, 02 cuidadoras, 01 articuladora do Programa Novo Mais Educação e 04 mediadores, 02 assistentes de alfabetização do Programa Mais Alfabetização. O corpo de apoio é composto de 13 servidores entre 03 auxiliares administrativos, (03) merendeiras, (03) vigias, e (04) auxiliares de serviços gerais, (02) servidoras de apoio readaptadas no total de 49 funcionários. Atualmente a escola é administrada pela equipe gestora tendo como diretora reeleita Marinalda Miranda de Assis, vice-diretora Gilmaria Batista Teles, secretária Cláudia Soraya da Silva dos Santos e a técnica educacional Lídia Cristina de Oliveira Sousa.

3.2 PROCEDIMENOS METODOLÓGICOS

O referido trabalho foi produzido por trabalhos investigativos; ou seja, uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva de abordagem qualitativa, onde utilizou-se três tipos de procedimentos: levantamento bibliográfico, pesquisa documental e estudo de campo, visando compreender as estratégias pedagógicas que os docentes utilizam no processo de ensino-aprendizagem com alunos autistas, a resistência deles e a contribuição para a promoção da educação inclusiva como um critério relevante para o desenvolvimento dos alunos autistas. A pesquisa bibliográfica é conceituada por Fonseca (2002). Como um:

[...] levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32)

O segundo procedimento é similar a primeira, explica o autor. Porém, os ele especifica que neste procedimento a consulta se expande a fontes mais

diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico como (as tabelas estatísticas, os jornais, as revistas, os relatórios, os documentos oficiais, as cartas, os filmes, as fotografias, as pinturas, as tapeçarias, os relatórios de empresa, os vídeos de programas de televisão) e dentre outros.

A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.) (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 37) Defini o delineamento da pesquisa de modo investigativo, com a intenção de familiarizar-se com o processo de identificação de alunos com TEA, os desafios enfrentados pelos docentes, as práticas pedagógicas que favorecem a inclusão deles e o uso de tecnologia que a escola dispõe. Algumas referências utilizadas para a produção deste trabalho são: (BRASIL, 2012), (CUNHA, 2013), (FILHO, 2030), (GOMES, 2007), (KUPFER, 2005), dentre outros.

Portanto, a pesquisa de campo de cunho qualitativo, ocorreu no período de com três professoras que trabalham com dois alunos autistas na escola. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário contendo nove questões direcionadas às profissionais da educação.

As questões que nortearam este trabalho foram: Quais as metodologias utilizadas em sala de aula para prender a atenção e conseguir manter a concentração do aluno autista? Quais as estratégias para ensino aprendizagem do aluno com TEA? Como o aluno com TEA é contemplado em seu planejamento nas atividades em sala? E quais os desafios que o professor encontra ao ter um aluno com TEA na sala de aula?

O questionário é um instrumento que possibilita uma investigação para obter informações necessárias, baseando-se na indagação com um pequeno grupo de docentes, que serão questionados sobre assuntos abrangentes a um tema que tanto o pesquisador quanto os docentes discutiram o assunto de acordo com serviços executados pelos docentes em sala de aula com seu alunado (AMARO, PÓVOA; MACEDO, 2004/2005).

Ademais, ocorreu também a análise das respostas, as discussões e comentários; como também a sugestão de propostas de interveniências para contribuir com o trabalho docente; e a conclusão de todo o trabalho, percebendo – se que a educação inclusiva deve ser considerada na escola, uma modalidade a

ser trabalhada, diante de tantas necessidades de sujeitos que precisam da educação, com os autistas educandos da instituição.

3.3 PERFIS DOS ENTREVISTADOS

Para a realização deste trabalho, foram entrevistadas três professoras que trabalham com dois alunos autistas na instituição. As mesmas são Licenciadas em Pedagogia. Têm trinta e seis, trinta e nove e quarenta e quatro anos respectivamente.

Todas são especializadas em Gestão Escolar, Psicopedagogia clínica e institucional e Gestão, Orientação e Supervisão Escolar. As entrevistadas têm oito, dez e vinte anos de formação profissional. Também o tempo que atuam na escola é de oito, nove e vinte anos, respectivamente.

3.4 RESULTADO DA PESQUISA COM AS PROFESSORAS

As entrevistas com três professoras que trabalham na escola, no AEE, veio contribuir para a produção do presente trabalho. Desta forma, a primeira questão investiga as informações obtidas ou não na graduação, sobre a inclusão de crianças especiais.

Quadro 01- Durante a sua graduação você foi informado adequadamente sobre a inclusão de crianças especiais na rede de ensino? Fale sobre:

PROFESSORAS	RESPOSTAS
P1	Que estávamos concluindo a graduação e que iríamos nos deparar com este desafio; até por que é lei a questão da inclusão
P2	Na graduação estava incluso a disciplina “Educação Inclusiva Especial”, e na Especialização foi feito trabalhos voltados para os alunos com TEA.
P3	Na graduação estava inclusa a disciplina “Educação Especial”, onde foi abordado a temática de modo minuciosa e detalhada.

Fonte: professoras da EMEF M^a Aparecida de Sousa Costa, em Itaituba- Pará/2019.

Todas as professoras entrevistadas, ao serem questionadas sobre a informação da inclusão em suas graduações, afirmaram que tiveram uma disciplina

“Educação Especial” voltada para a inclusão. Isso permite o conhecimento para trabalhar com o aluno que precisa de AEE.

Para trabalhar-se com Educação Especial é preciso conhecimento e habilidade, pois isto colaborará com o sucesso dos alunos. Mello (2007, p.11): “Autismo é um distúrbio do desenvolvimento humano que vem sendo estudado pela ciência há seis décadas, mas sobre o qual ainda permanecem dentro do próprio âmbito da ciência, divergências e grandes questões por responder”. Assim, somente quem está apto para trabalhar com alunos, são professores graduados e conhecedores das necessidades especiais.

Essas incertezas e algumas características exponenciais, expõem a pessoa autista a toda sorte de especulações, até mesmo na escola. Cria-se em torno dessas pessoas, uma aura de mistério, que ao invés de contribuir com o seu desenvolvimento, mascara as imensas dificuldades que elas apresentam quanto a fatores relacionados ao seu estado de ausência e/ou indiferença ao contexto circundante. Por isso, é necessário compreender. A próxima questão, aborda os aspectos práticos vivenciados em sala de aula.

Quadro 02- A sua graduação focou os aspectos práticos vivenciados em sala de aula com alunos inclusivos? Quais?

PROFESSORAS	RESPOSTAS
P1	Os aspectos práticos mais focados foram vários, principalmente no que se refere a não aceitação da própria família, bem como, o próprio preconceito enfrentado por conta da sociedade.
P2	Sim, que poderia aparecer dificuldades com interação, dificuldades em adaptação com outros alunos; pois os alunos com TEA são mais tímidos; mais sempre busco meios para ajudar o aluno a ser comunicativo e presente nas atividades diárias como jogos, atividades lúdicas e diferenciadas.
P3	Foi abordada a temática “Inclusão”, o que é isto, de que se trata, trata-se da educação para todos, a escola abre as portas para todos (índios, brancos, negros, alunos que possuem deficiências), enfim a todos que vão em busca da escola. Agora em se tratando de alunos, o público alvo da educação especial, a escola tem o dever de obter em projeto político pedagógico (PPP), um currículo acessível aos alunos inclusos do público alvo da Educação Especial.

Fonte: professoras da EMEF M^a Aparecida de Sousa Costa, em Itaituba- Pará/2019

As entrevistadas, ao serem interrogadas sobre o foco na graduação para os aspectos com alunos inclusivos, as mesmas responderam que sim, que foram vários os aspectos abordados, a começar pelo preconceito até a rejeição da

família; também foi abordada a questão da interação, dificuldades de adaptação; como trabalhar estes aspectos para tornar o aluno mais comunicativo, a aplicação de jogos e brincadeiras, como também a atenção para um currículo com abordagens acessíveis aos alunos da Educação Especial.

Ao trabalhar com autistas é essencial que sejam realizadas atividades diferenciadas com o lúdico, uma atenção dispensada para inteirar-se para ter-se conhecimento da sua relação familiar e social; seus sentimentos e necessidades, assim as observações darão direção de como agir no processo. Para que se tenham bons resultados é preciso que haja sintonia dos profissionais com a família, desse modo, pressupõe profissionais qualificados, preparados e que não se acomodem diante da realidade do aluno com TEA. A seguir, a pergunta sobre a participação de atividades para capacitação do trabalho com alunos especiais.

Quadro 03- Você participou de atividades que o capacitou para atuação com alunos especiais?

SIM () NÃO () Comente sobre:

PROFESSORAS	RESPOSTAS
P1	Sim, de palestras promovidas pela SEMED, cursos de capacitação ofertados pelo Cias.
P2	Sim, na graduação por meio de discussões, seminários e enquetes.
P3	Sim, em Fóruns, enquetes, seminários.

Fonte: professoras da EMEF M^a Aparecida de Sousa Costa, em Itaituba- Pará/2019.

A participação segundo as entrevistadas, com atividades de capacitação para alunos inclusivos, constam de palestras, discussões, seminários, enquetes e fóruns. Desta forma, o educador necessita estar ciente que o trabalho com essas crianças, é um processo contínuo, demorado e paciente, até mesmo porque uma das características do TEA é a falta de atenção; pois, a atenção deste está sempre comprometida, e para o professor atrair sua atenção ele necessita de utilizar recursos didáticos de modo que ele irá envolver a atenção da criança.

Assim, somente com atividades de capacitação diferenciadas, consegue-se então trabalhar e desenvolver-se com ela, tanto a parte social, quanto na motora. Usar atividades lúdicas, como por exemplo, brincadeiras que prenda a atenção dessas crianças como futebol e demais jogos estimulando a coordenação motora e envolvendo a interação social, junto com a ajuda dos seus colegas de sala, visando em algo que o faça interagir no meio em que ele está inserido.

Prosseguindo, a questão que a concepção de informações específicas sobre o autismo durante a graduação.

Quadro 04- Você obteve informações específicas sobre autismo durante sua graduação? Justifique sua resposta.

PROFESSORAS	RESPOSTAS
P1	As informações específicas foram somente através de Cias.
P2	Somente na Especialização.
P3	Não. Somente na Pós- graduação

Fonte: professoras da EMEF M^a Aparecida de Sousa Costa, em Itaituba- Pará/2019

Ao serem investigadas sobre informações específicas sobre o autismo na graduação, as professoras responderam que apenas através de capacitação, somente na Especialização. Assim, percebe-se que esta especificidade não ocorreu em suas graduações.

As informações são necessárias, já que a Educação Especial é notória desde os anos cinquenta, devendo haver um olhar mais profundo sobre esta questão. “A inclusão da “educação de deficientes”, da “educação dos excepcionais” ou da “educação especial” na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX”. (MAZZOTTA, 1996, p. 27).

Aliás, informações para a inclusão escolar é como prática que visa atender as necessidades educativas de cada aluno, incluindo-os em salas normais, de ensino regular, buscando desenvolver a aprendizagem e o desenvolvimento necessário de todos na inclusão. Os alunos devem ter possibilidade de integrar-se no ensino regular, mesmo aqueles com dificuldades, com transtornos globais. A escola deverá ter consciência e adaptar-se com o objetivo de atender todos os alunos ali inseridos, com quaisquer necessidades.

Para ensinar, portanto, o professor precisa ser especialista no transtorno. O recomendado é que se procure conhecer todos os alunos de forma individual e se perceba como cada um aprende. Mais do que um conhecimento específico, a inclusão dessas crianças e adolescentes requer uma mudança no modo como a escola pensa e faz educação. Continuando, a pergunta que ressalta os conhecimentos sobre as formas de ensinar uma criança com TEA.

Quadro 05- Como você formou conhecimentos sobre as formas de ensinar uma criança com T.E.A.? () Não formei conhecimento; b) () Leitura de livros e artigos; c) () Artigos; d) () Cursos; e) () Capacitações promovidas pela secretaria da educação; f) () Capacitação fornecidas na escola; g) Outras situações:

PROFESSORAS	RESPOSTAS
P1	Através de cursos e capacitações promovidas pela Secretaria de Educação;
P2	Através de artigos, cursos e capacitações promovidas pela secretaria da educação.
P3	Através de cursos, leituras de livros e artigos e capacitações promovidas por instituições privadas.

Fonte: Professoras da EMEF M^a Aparecida de Sousa Costa, em Itaituba- Pará/2019.

Quando interrogados sobre a formação de conhecimentos para ensinar alunos com TEA, as investigadas afirmaram que ocorreu através de cursos, capacitação pela Secretaria de Educação, através de artigos, leituras de livros e capacitações promovidas por instituições privadas. Desta maneira, faz – se necessário como desenvolver um trabalho eficiente com alunos que precisam de AEE, considerando um conjunto de situações precisas.

O currículo é o conjunto dos vários tipos de aprendizagens, aquelas exigidas pelos processos de escolarização, mas também aqueles valores comportamento, atitudes que se adquirem nas vivências cotidianas na comunidade, na interação entre professores, alunos, funcionários, nos jogos e no recreio e outras atividades concretas que acontecem na escola que denominamos ora currículo real, ora currículo oculto. (LIBÂNEO, 2004, p. 173)

Mediante isto, o currículo também é de grande importância, pois demonstra em sua aplicação e concepção, o poder de quem comanda a sociedade, bem como, o perfil da cidadania que quer formar. Uma escola inclusiva é aquela que atende a todos os alunos em salas de aula regulares, adaptando o conteúdo de suas aulas às necessidades específicas de seus alunos e permitindo assim o desenvolvimento educacional de todos.

Tudo isso por meio de professores capacitados. Dando prosseguimento, procurou- se investigar condições para o professor utilizar- se de aparatos tecnológicos para as aulas de crianças com TEA.

Quadro 06- A escola dá condições para que o professor faça uso de tecnologia assistida a fim de tornar acessível o conhecimento às crianças com TEA? De que forma?

PROFESSORAS	RESPOSTAS
P1	Sim, com palestras na sala e vídeo com uma equipe capacitada da SEMED, cursos, trabalhando o assunto em questão; atividades adaptadas (AEE).
P2	Sim, as palestras na sala de vídeo, com equipe capacitada da SEMED e atividades adaptadas no (AEE).
P3	Pedagogicamente o AEE desenvolve diversas práticas para tornar o ensino acessível com os jogos, brinquedos e o brincar. No entanto, ainda precisamos de muito mais, falta recursos tecnológicos. Obs: A escola faz o que é possível para tornar o ensino de qualidade de modo que inclua esse aluno com TEA.

Fonte: Professoras da EMEF M^a Aparecida de Sousa Costa, em Itaituba- Pará/2019

Ao tratar-se das condições para o professor utilizar-se da tecnologia em sala de aula, as professoras responderam que sim, que há palestras na sala de vídeos, com equipes da SEMED, e que precisa de muito mais, apesar de atividades lúdicas como jogos e brincadeiras.

Quando se avalia um educando com autismo, no âmbito escolar é preciso que seja transmitido a ele segurança e conforto. É de suma importância que as necessidades do aprendente autista sejam transformadas em vontades de aprender e construir, docentes e discentes deve manter harmonia entre si para que ambos possam se conectar e transmitir seus conhecimentos e a tecnologia está para contribuir com o interesse dos alunos.

Também para garantir a inclusão é necessário haver salas de professores especializados é indispensável contarem com as de apoio para obter maior êxito na inclusão desses alunos. Sendo que esse professor não necessita ser exclusivo de apenas uma escola, podendo ele trabalhar em grupos com várias escolas.

Assim, sendo especializado e saber realizar atividades de integração eficaz, poderá realizar atividades diversas e precisas, traçando estratégias, organizar métodos de trabalho, utilizando da tecnologia existente na escola.

É que pode tornar uma aula interessante para despertar o interesse pela escola, assegurando um ambiente propício, seguro, limpo, amplo, receptivo e digno de um espaço adequado para desenvolver um bom trabalho.

Dando continuidade, a questão sobre principais pensamentos sobre a inclusão de aluno com TEA.

Quadro 07- Cite seus principais pensamentos relacionados a inclusão de um aluno com T.E.A.

PROFESSORAS	RESPOSTAS
P1	Melhor capacitação para os professores, uma formação adaptada para aqueles que trabalham com alunos com TEA. É preciso sair da rotina com eles para o desenvolvimento.
P2	É de suma importância melhorar as capacidades com mais frequência para poder desenvolver atividade lúdicas e melhorar o currículo das adaptações para melhorar no desenvolvimento. Pois é desafiador, mas conseguimos realizar o nosso melhor em sala de aula
P3	Os professores precisam de urgência e emergência de formação para entender esse transtorno. O autista é desafiador, porém, é possível que se chegue à aprendizagem fazendo as adaptações necessárias tornando um currículo acessível; rotina é a palavra chave de um TEA

Fonte: Professoras da EMEF M^a Aparecida de Sousa Costa, em Itaituba- Pará/2019.

Ao questionar sobre os principais pensamentos relacionados à inclusão de um aluno com TEA, as investigadas responderam que melhor capacitação, formação adaptada, desenvolvimento de atividades lúdicas, melhorar o currículo e sair da rotina. Assim, é preciso sempre inovar, conhecer mais e trabalhar para diversificar sempre. Gomes (2007, p. 346) ressalta três aspectos que considera fundamentais no momento em que o professor elabora o planejamento do trabalho pedagógico, que compreendem: “a forma como as pessoas autistas respondem a estímulos do ambiente; a maneira como pensam e, os comportamentos típicos que apresentam”.

Diante desta afirmação, é preciso repensar os afazeres e práticas pedagógicas. As práticas pedagógicas são como ferramentas dão novas esperanças ao trabalho docente, tendo em vista novos estudos e novas propostas inovadoras de como levar o aluno autista a compreender que ele precisa participar das atividades dentro e fora da sala de aula, para crescer intelectualmente.

As crianças com TEA têm direitos iguais às outras crianças, em aprender e conviver com outras pessoas; apesar da deficiência são capazes de aprender, interagir com todos ao seu redor. A atuação do professor é de fundamental importância para que a política de inclusão entre na escola de forma a proporcionar condições de igualdade entre todos os alunos que ali estão para aprender e acima de tudo, socializar-se, interagir e chegar ao ensino aprendido de forma diferenciada. À seguir, os pensamentos sobre os comportamentos que os alunos com TEA precisam para aprender e incluir-se na escola.

Quadro 08- Cite seus principais pensamentos sobre quais comportamentos que o aluno com T.E.A. precisa aprender para estar incluído na sala de aula.

PROFESSORAS	RESPOSTAS
P1	Nós é que aprendemos com eles e sempre buscamos adaptar atividades para chamar a atenção pois, muitas das vezes eles têm dificuldades em socializar, tem um isolamento social, onde dificulta o receber ordem; mas buscamos sempre adaptar conforme as necessidades.
P2	Sempre está incluso nas práticas inclusivas da educação, pois é um direito de todos. Os alunos, a rotina, estimulação e acompanhamento dos pais é de suma importância, pois os pais são os eu sempre ajudam quando o assunto é inclusão nas atividades diárias da escola. Sempre os alunos da AEE participam nas programações internas e externas da escola para melhorar a adaptação.
P3	Bom, pela pouca experiência com aluno com TEA e ou melhor, todos têm direito à educação, seja alunos ditos normais ou que possuam alguma deficiência. Educação é um direito constitucional, a escola atual tem o dever de se adequar a essa nova roupagem; as práticas inclusivas de aprendizes com TEA, precisam de rotina na sala de aula, pois as prioridades é a aprendizagem de modo que estimule esse aluno à, à socialização. comunicação

Fonte: Professoras da EMEF M^a Aparecida de Sousa Costa, em Itaituba- Pará/2019

Ao tratar-se dos principais pensamentos e comportamentos dos alunos com TEA, as professoras responderam que sempre aprendem com eles; que buscam atividades para chamar a atenção, que muitas vezes o isolamento e a dificuldade de socialização são difíceis. Ainda declararam que a rotina e a participação dos pais nas conclusões de trabalhos diários é de suma importância, como a socialização e práticas inclusivas. Desta maneira, Freire (2004, p.23) afirma que “ pois quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. Que estas buscas por pensamentos e comportamentos para a inclusão vale para todos. Que a educação é de condição mútua.

Portanto, o vínculo afetivo entre o autista e o educador é o início da construção de sua autonomia na escola, com propósito de obter maior interação como aluno. O professor deverá incluir em seus métodos de ensino os gostos, os interesses e aptidões de seu discente diferente, para que haja resultado das atividades; as mesmas devem ter propósitos sociais, terapêuticos, afetivos e pedagógicos.

É através dessas atividades que o aluno poderá trabalhar em grupo e terá maior interação e comunicação, lhe será proporcionado à oportunidade de maior independência, obtendo vínculos com o professor e com ambiente escolar para

desenvolver suas habilidades no âmbito escolar. Finalizando, a questão que ressalta conceitos importantes para a prática com alunos autistas e facilitar a inclusão escolar.

Quadro 09- Quais os principais conceitos que você conhece e que acredita serem importantes coloca-las em prática com alunos com T.E.A., a fim de facilitar a inclusão em sala de aula.

PROFESSORAS	RESPOSTAS
P1	Interação família, escola e escola família. Metodologias e socialização com todos que fazem parte da família escolar.
P2	Buscar fazer as necessidades dos alunos, pais e responsáveis que acompanham o aluno. Tornar mais acessibilidade, metodologias e adequação dos trabalhos, para poder atender melhor os alunos.
P3	Partindo dessa questão, acredito a interação familiar é importantíssima; A escola deve adequar-se a um currículo com acessibilidade atitudinal, metodológica, arquitetônicas para enfim, fazer um trabalho com qualidade para essa clientela.

Fonte: Professoras da EMEF M^a Aparecida de Sousa Costa, em Itaituba- Pará/2019

Segundo as entrevistadas, os principais conceitos primordiais para a inclusão dos alunos com NEE em sala de aula, consistem em interação família e escola, metodologias adequadas, socialização e adequação, acessibilidade, currículo adaptado para alunos com NEE e especialmente com TEA.

Uma escola inclusiva envolve uma proposta de construção de uma escola a relação de todos os elementos do sistema educacional; são eles alunos, profissionais da educação, estrutura político-educacional, estrutura física e material das escolas, a estrutura familiar, social e cultural. Diante disto,

A inclusão do aluno deficiente sensorial no ensino regular, é muito mais do que a simples socialização, representa o combate à separação, o respeito e a consideração da existência das diferenças humanas. A prática da exclusão é uma grande colaboração à constatação de que uma escola da forma como está, quer padronizar pessoas, em critérios dominantes. (FERREIRA, 2005, p. 21).

Diante do exposto, cabe à educação inclusiva a tarefa de requerer a interação de seres humanos, transformando o educando com necessidades educacionais especiais em cidadão consciente e participativo, como também respeitados em sua subjetividade, individualidade e aprendizagem cognitiva. Compreende-se que o professor não deve apenas se prender às habilidades que estas crianças têm

para promover suas aulas; mas também, criar possibilidades de desenvolver outras habilidades e estimular as limitações que a criança autista possui.

Entretanto, é preciso que a escola seja um ambiente inclusivo e propício para o acesso da pessoa autista, é necessário que saibam lidar com a diferença de estágios existentes e utilizar propostas metodológicas de acordo com a necessidade da criança com TEA. É de suma importância a formação e capacitação de professores para que estes convivam com naturalidade com as divergências dos alunos que encontrará na sala de aula em sua missão de docente.

3.5 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

De acordo com o resultado e a análise das entrevistadas, sobre estratégias pedagógicas inclusivas para crianças com transtorno de Espectro Autista (TEA), discorreu a necessidade de propostas de intervenção que consistem em trabalhar para acontecer na realidade a inclusão escolar.

- 1- Desenvolver trabalhos educativos de forma coletiva com professores e alunos.
- 2- Utilizar-se da ludicidade com jogos e brincadeiras diversificadas como metodologias educativas.
- 3- Inserir os pais no ambiente escolar para acompanhar os filhos autistas.
- 4- Promover momentos de interação e socialização entre todos os alunos.

Mediante estas propostas, a aprendizagem das crianças com autismo tende elevar a possibilidade da aprendizagem e suprir as necessidades educativas do aluno com TEA. Esta responsabilidade não apenas da parte dos professores, mas, também de todas as categorias que, que fazem parte do contexto escolar onde o autista está incluso. A inclusão se faz com metodologias e demais estratégias que podem fazer a diferença.

É preciso a existência de práticas pedagógicas diferenciadas para atender alunos diagnosticados com autismo em sala de aula, levando em consideração a inclusão escolar e valorizando uma educação igualitária para todos, a fim de se chegar a um aprendizado mais satisfatório e produtivo para quem é diferente e especial.

CONCLUSÃO

Através deste estudo com o tema “Estratégias pedagógicas Inclusivas para crianças com TEA, verificou-se que as entrevistadas tiveram informações adequadas, assim como práticas vivenciais sobre inclusão de criança com necessidades educacionais especiais na rede de ensino, em nível superior e em Pós- Graduação.. Em relação às informações conceituais sobre o Transtorno do Espectro Autista, praticamente todos informaram não terem recebido esclarecimentos sobre essas crianças, estando despreparados para a intervenção em sala de aula. As informações sobre o Transtorno foram obtidas através da iniciativa autodidata, com pesquisas em artigos e livros; capacitações na Secretaria de Educação e na própria escola.

Foram consideradas insuficientes a falta profissional para orientar sistematicamente os professores e familiares sobre o comportamento, etapa do desenvolvimento e práticas pedagógicas facilitadores da aprendizagem. As participantes informaram em sua maioria que formaram conhecimento sobre como ensinar um aluno com T.E.A. durante a graduação em Pedagogia. Isto, somado aos fatores já citados, mostra a limitação dos cursos na preparação dos professores para atuar com esses alunos, pois mesmo que o conhecimento venha a ser adquirido através de estudo teórico após a graduação, há a carência de vivência em sala de aula. Abordaram também que utilizam aparatos tecnológicos para diversificar as práticas pedagógicas.

Foi apresentado pelos sujeitos da pesquisa, a organização do pensamento relacionado à inclusão do aluno com T.E.A., no qual citam a necessidade de acompanhamento com profissional especialmente capacitado, que possa orientar os membros da escola e familiares no manejo das crianças, a fim de obter conquistas acadêmicas e que as dificuldades sejam compartilhadas, propiciando o desenvolvimento do aluno.

Conclui-se, portanto, sobre a inclusão adequada do aluno que necessita de AAE, precisa-se de mais capacitação constante, assim como mais informações na graduação dos educadores, tanto na formação teórica quanto na prática. Estes são obstáculos na construção da escola para todos, para que ocorra a inclusão.

REFERÊNCIAS

ALVES, Didier Elena. **O autismo e o processo de inclusão na perspectiva escolar: análise de caso na Escola Professora Ondina Maria Dias, em Tijucas/Santa Catarina**, 2016. (Monografia) Curso de Especialização EAD gênero e diversidade na escola. Centro de Filosofia e Ciências Humanas Instituto de Estudos de Gênero, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

AMBRÓS, Danieli Martins; OLIVEIRA, Glaucimara Pires. **O aluno com transtorno do espectro autista na sala de aula: caracterização, legislação e inclusão**, 2017.

BOSA, Cleonice Alves. **Autismo: Atuais interpretações para antigas observações**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2002. (Artigo) Disponível em: <<https://docplayer.com.br/6718130-Autismo-atuais-interpretacoes-para-antigas-observacoes-cleonice-bosa.html>>. Acesso em 21 nov. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994**. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 2009.

BRASIL. Lei nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN**. Brasília: Senado Federal, 1996. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/>> Acesso em 21 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de outubro de 2008.

BAGAROLO, M.F.; RIBEIRO, V. V.; PANHOCA, I. **O brincar de uma criança autista sob a ótica da perspectiva histórico cultural**. 2013. Revista Brasileira de Educação Especial. Pág.: 107 – 120. BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Introdução. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CORREIA, L.; **“Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas classes regulares.”**; Porto Editora; Porto, 1999.

COSTA, Flávia Fernanda. **Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**, RS: ANPED, 2012.

CUNHA, E. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas**. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2013.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wak, 2011. Disponível em: <<https://www.eugeniocunha.com.br/artigo/24/autismo-infantil-praticas-educativas-na-escola-e-na-familia>>. Acesso em: 4 de jan. 2018.

DANTAS, Aline Paiva; MIRANDA, Theresinha Guimarães. **A Criança Autista na Escola: Reflexões sobre o vínculo com o professor**. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/71952425/A-CRIANCA-AUTISTA-NA-ESCOLA>>. Acesso em 21 nov. 2017.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre Princípios, Política e Práticas em Educação Especial. Espanha, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 21 nov. 2017.

FERREIRA J. R. **Reformas educacionais pós LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização**. IN: SOUZA, D. B; FARIA, L. C. M. (Orgs) Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós LDB. Rio de Janeiro, DP&A, p. 372-390, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Tolerância**. São Paulo: UNESP, 2004.

FILHO, José Ferreira Belizário. MEC- Coleção **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento**. Volume 9. Fortaleza: UFC, 2010.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique. **Psicologia, Sexualidade e Deficiência: Novas Perspectivas em Direitos Humanos**, 2014. (Artigo) Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v34n4/1982-3703-pcp-34-4-0850.pdf>>. Acesso 25 nov. 2017.

GIARDINETTO, Andréa R. dos S. B. **Comparando a interação social de crianças autistas: as contribuições do programa teacch e do currículo funcional natural**. 2005. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

GOMES, Camila G. S. **Desempenhos emergentes na aquisição de leitura funcional de crianças com autismo**. 2007. (Dissertação) Mestrado em Educação Especial, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

GOMES, C. G. S. **Autismo e ensino de habilidades acadêmicas: adição e subtração**. Dissertação de mestrado: Universidade Federal de São Carlos, 2007.

JÚNIOR, Mário Cléber Martins Lanna. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**, 2010. Disponível em <<https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/historia-do-movimento-politico-pcd.pdf>>. Acesso 25 nov. 2017.

Leite, D.M. **Educação e relações interpessoais**. Em M.H.S. Patto, Introdução à Psicologia Escolar (p. 234-257). São Paulo: TAQ. 1981.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola: teoria e prática**. 5ª ed. Goiânia. Alternativa. 2004

KUPFER, M. C. M. Inclusão escolar: a igualdade e a diferença vistas pela psicanálise. In COLLI, Fernando (org.). **Travessias inclusão escolar: a experiência do grupo ponte Pré-escola Terapêutica Lugar de Vida**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2005, p. 17 – 28.

MAZZOTA, & S. M. Z. L. **Inclusão escolar e educação especial: considerações sobre a política educacional brasileira**. **Estilos da Clínica**. Revista sobre a Infância com Problemas, 9, São Paulo: IPUSP, 1996, pp. 96-108.

MARTINS, Mara R. R. **Inclusão de alunos autistas no ensino regular: concepções e práticas pedagógicas de professores regentes**. 2007. (Dissertação) Mestrado em Psicologia. Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.inclusive.org.br/?p=10164>. Acesso em 26 abril 2010.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Breve histórico da educação especial no Brasil**. Revista Educação Educación y Pedagogía, Mayo-Agosto, v.22, n.57, 2010.

MERCADANTE, Marcos T.; VAN DER GAAG, Rutger J.; SCHWARTZMAN, Jose S. **Transtornos invasivos do desenvolvimento não-autísticos: síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância e transtornos invasivos do desenvolvimento sem outra especificação**. Revista Brasileira de Psiquiatria. São Paulo: v. 28, supl. 1, maio 2006.

MENEZES, A. R. S. de. **Inclusão escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende?** 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: guia prático**. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007.

MOUSINHO, R.; SCHMID, E.; MESQUITA, F. ; PEREIRA, J.; MENDES, L.; SHOLL, R.; NÓBREGA, V. **Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões**. 2010. Revista de psicopedagogia. Pág.: 92 – 108.

ORTEGA, Francisco. **Deficiência, autismo e neurodiversidade**. In. Ciência & Saúde Coletiva, 14 (1): 67-77, 2009. (Artigo) Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n1/a12v14n1.pdf> >. Acesso em 21 nov. 2018.

OLIVEIRA, Maria da Luz dos Santos. **Formação docente e inclusão de alunos com transtorno do espectro autista: Algumas Reflexões**, 2016 (Monografia) Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, Linguagem e Educação: interação social no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009.

PRAÇA, Élide Tamara Prata de Oliveira. **Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular**, 2011. (Dissertação) Programa de Mestrado Profissional em Educação Matemática. Instituto de Ciências Exatas Pós-Graduação em Educação Matemática, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora - MG, 2011.

ROMERO, Rosana Aparecida Silva; SOUZA, Sirleine Brandão de. **Educação Inclusiva: Alguns Marcos Históricos que produziram a Educação Atual**, 2008. (Artigo) Disponível em:<http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/447_408.pdf >. Acesso 25 nov. 2017.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva** / Edilene Aparecida Ropoliet.al. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SANTOS, Emilene Côco. **Autismo na Perspectiva Inclusiva**. In: Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional - X COMPE. Universidade Estadual de Maringá. Julho de 2011.

SERRA, Dayse C. G. **A inclusão de uma criança com autismo na escola regular: desafios e processos**. 2004. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA. Ana Beatriz Barbosa. **Mundo Singular - Entenda o Autismo**, Rio de Janeiro. ED. Fontanar, 2012.

APÊNDICES



**CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA-LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA-FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA.**

Tema da pesquisa: Estratégias pedagógicas inclusivas para crianças com Transtorno de Espectro Autista (TEA): Análise em uma escola do município de Itaituba Pará., que faz parte de um Trabalho de Conclusão de curso de Pedagogia da Faculdade de Itaituba- Pará

QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES

Identificação.

*Idade: _____(anos)

*Sexo: () Feminino () Masculino

*Graduação: _____

*Especialização: _____

*Tempo de formação profissional: _____ (anos)

*Tempo de atuação na educação: _____ (anos)

1- Durante a sua graduação você foi informado adequadamente sobre a inclusão de crianças especiais na rede de ensino? Fale sobre:

2- A sua graduação focou os aspectos práticos vivenciados em sala de aula com alunos inclusivos? Quais?

3 Você participou de atividades que o capacitou para atuação com alunos especiais? SIM () NÃO () Comente sobre:

4- Você obteve informações específicas sobre autismo durante sua graduação? Justifique sua resposta.

5-Como você formou conhecimentos sobre as formas de ensinar uma criança com T.E.A.?

- a) () Não formei conhecimento; b) () Leitura de livros e artigos; c) () Artigos;
d) () Cursos; e) () Capacitações promovidas pela secretaria da educação;
f) () Capacitação fornecidas na escola;
g) Outras situações:

6- A escola dá condições para que o professor faça uso de tecnologia assistida a fim de tornar acessível o conhecimento às crianças com TEA? De que forma?

7- Cite seus principais pensamentos relacionados a inclusão de um aluno com T.E.A.

8- Cite seus principais pensamentos sobre quais comportamentos que o aluno com T.E.A. precisa aprender para estar incluído na sala de aula.

9- Quais os principais conceitos que você conhece e que acredita serem importantes coloca-las em prática com alunos com T.E.A., afim de facilitar a inclusão em sala de aula.

Obrigada!

MENDES. Dandara Nathália dos Santos.

ESTRATÉGIAS PEGAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA): Análise em uma Escola Pública do Município de Itaituba Pará. CLPL da FAI, 2019.

63 .: Fls

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Faculdade de Itaituba-FAI, Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Itaituba- Pará- BR-PA, 2019.

Orientadora: Prof.^a Lucia Maria da Costa Cruz, Esp.

1. Estratégias pedagógicas. 2 Transtorno Espectro Autista I. CRUZ. Lucia Maria da Costa. II. Faculdade de Itaituba, Itaituba, BR-PA, 2019.